



By @kakashi_copiador

Aula 07 - Profº Márcio Damasceno

*Caixa Econômica Federal (CEF) (Técnico
Bancário) Redação - Sem Correção -
2023 (Pré-Edital)*

Autor:
Carlos Roberto

01 de Fevereiro de 2023

Padrões de resposta da segunda rodada	2
Tema 9	2
Proposta de solução.....	4
Tema 10.....	5
Proposta de solução.....	7
Tema 11.....	8
Proposta de solução.....	10
Tema 12.....	12
Proposta de solução.....	13
Tema 13.....	14
Proposta de solução.....	15
Tema 14.....	16
Proposta de solução.....	19
Tema 15.....	20
Proposta de solução.....	21
Tema 16.....	23
Proposta de solução.....	24
Segunda rodada de temas	26
Tema 17.....	26
Abordagem teórica.....	28
Tema 18.....	32
Abordagem teórica.....	33
Tema 19.....	38



Abordagem teórica.....	40
Tema 20	43
Abordagem teórica.....	44
Tema 21.....	48
Abordagem teórica.....	50
Tema 22	54
Abordagem teórica.....	55
Tema 23.....	59
Abordagem teórica.....	60
Tema 24	66
Abordagem teórica.....	67
Prática.....	69

PADRÕES DE RESPOSTA DA SEGUNDA RODADA

Tema 9

A “pós-verdade” despontou para a fama graças ao Dicionário Oxford, editado pela universidade britânica, Declaração Universal dos Direitos Humanos

(...)

Art. 19 Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Internet: <www.unicef.org>.

Código Civil

(...)



Art. 187 Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Internet: <www.planalto.gov.br>.

Um desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) atendeu, em caráter liminar (urgente), ao pedido da deputada Maria do Rosário (PT-RS) para que fosse retirado do Facebook, Youtube e do Twitter um vídeo do humorista Danilo Gentili. No vídeo, Gentili rasga uma notificação extrajudicial enviada pela deputada, esfrega os papéis nas partes íntimas e envia-os de volta à parlamentar, usando linguagem pesado e irônico. A decisão reacendeu as polêmicas sobre liberdade de expressão e humor no Brasil e foi criticada por especialistas no tema. No despacho, da última quinta-feira (01), o desembargador Túlio de Oliveira Martins considera que há, no vídeo, “grave” dano à imagem da deputada e, possivelmente, ocorrência de crime. O desembargador escreve ainda que o conteúdo é de “natureza misógina, representando agressão despropositada a uma parlamentar e às instituições” e que “não é notícia, nem informação, nem opinião, nem crítica, nem humor, mas apenas agressão absolutamente grosseira marcada por prepotência e comportamento chulo e inconsequente”.

Internet: <<http://cultura.estadao.com.br>> (com adaptações).

O preconceito é uma atitude negativa, composta pelo pensamento estereotipado (aquele que generaliza), por sentimento desfavorável em relação ao seu alvo e pelo comportamento de discriminação.

Esses conceitos ficam evidenciados em várias situações cotidianas. O documentário “O Riso dos Outros”, dirigido por Pedro Arantes, propõe uma discussão acerca da atitude preconceituosa incutida nas piadas.

A maioria dos comediantes que participaram do documentário, como Danilo Gentili e Rafinha Bastos, justificam o seu modo de trabalhar com o humor dizendo que não existe pretensão política ou social ao fazer uma piada, afirmando que o único objetivo do humorista é fazer com que a sua plateia ria. Deste modo, fica clara a posição de isenção de responsabilidade e certo conforto para se utilizarem de atitudes preconceituosas para fazerem humor.[...]

Disponível: <http://portalcomportamental.com.br/?p=200>.

O desembargador Benedicto Abicair, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, *determinou* nesta terça-feira (7/1) que o especial de Natal do Porta dos Fundos, veiculado pela Netflix, seja retirado do ar.

De acordo com a decisão, é “mais adequado e benéfico, não só para a comunidade cristã, mas para a sociedade brasileira, majoritariamente cristã, até que se julgue o mérito do agravo, recorrer-se à cautela, para acalmar os ânimos”.

O magistrado disse ainda que o Porta dos Fundos “não foi centrado e comedido” ao se manifestar sobre o especial de Natal nas redes sociais.



Especialistas ouvidos pela ConJur condenaram a decisão e qualificaram a determinação como “absurda” e “sem fundamento”. Para o jurista Lenio Streck, a decisão “demonstra duas coisas: primeiro, que o Judiciário pensa que pode ditar a moral e o comportamento da sociedade; segundo, mostra o fracasso da teoria do direito no Brasil”.

<https://www.conjur.com.br/2020-jan-08/censura-porta-fundos-absurda-fundamento>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

Considerando que os fragmentos de textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

OS LIMITES DO HUMOR E O ABUSO DO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Ao construir seu texto, apresente um exemplo de situação em que manifestação de humor pode significar abuso de direito e discuta maneiras de prevenir ou coibir esse tipo de comportamento.

Proposta de solução

A liberdade de expressão [tema] é direito fundamental previsto na Constituição Federal. Além disso, é um dos pilares de um Estado democrático, visto que o exercício do poder detido pelo povo depende da possibilidade de exposição do pensamento, do debate de diferentes ideologias e do direito a críticas, seara em que se encaixam as manifestações de humor. Contudo, apesar da sua envergadura, não é direito absoluto, eis que limitado por outros direitos de semelhante magnitude, como o direito à honra, imagem e privacidade [tese].

Primeiramente, mencione-se que o direito à liberdade de expressão não pode servir como manto protetor para o cometimento de crimes que venham a ofender direitos socialmente relevantes, visto que serve como instrumento para o exercício de outras liberdades, não para a sua supressão. Numa sociedade democrática, em que se visa à proteção de minorias historicamente vítimas de violência, discriminação e preconceito, são incabíveis as manifestações de humor que, sob o escudo da liberdade de expressão, marginalizem segmentos



sociais, reproduzam relações de opressão e dominação, suprimam direitos, facilitem a exploração de pessoas, estimulem preconceitos de gênero, sexualidade, raça, classe social, origem, etnia.

Não mais se tolera o humor recheado de discurso de ódio, que reforce mecanismos de subjugação social em virtude de características físicas e biológicas, que naturalize preconceitos e que fomente situações de intolerância numa sociedade já repleta de tensões e intensamente polarizada. Situações em que a manifestação de humor pode significar abuso de direito ocorrem com frequência nos programas de auditório e nas "stand up comedies". Basta ver o fato de os humoristas Rafinha Bastos e Danilo Gentili já terem sido alvos de vários processos judiciais por conta de piadas cuja temática ofendeu a dignidade de mulheres.

Diante dessa situação, cabe que se adotem medidas para prevenir ou coibir esse tipo de comportamento. Uma delas é a submissão dos fatos à apreciação do Poder Judiciário, o qual possui a atribuição de analisar o caso concreto e aplicar sanções aos que cometerem ato ilegal. Outrossim, é papel do cidadão, público alvo dos comediantes numa ótica mercadológica, repudiar ou, simplesmente, não alimentar todo e qualquer comportamento que vise a diminuir outro ser humano ou perpetuar a lógica da discriminação e preconceito.

Tema 10

Nos últimos anos, o mundo tem vivenciado uma crescente negação de fatos históricos. Frases como "o Holocausto nunca existiu", "o nazismo é de esquerda", "a ditadura militar foi branda" e "não houve genocídio indígena" estão se tornando comuns em conversas diárias, seja em redes sociais ou em uma mesa de bar numa sexta à noite.



O negacionismo não existe apenas nas humanidades, mas também nas ciências geológicas (teorias que negam o *formato do planeta*) e nas ciências biológicas — afirmações bíblicas e criacionistas em detrimento da evolução por *seleção natural*, segundo a teoria de Darwin.

<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/negacionismo-historico-no-brasil-atual-por-que-estamos-negando-os-fatos.phtml>

Texto II

Até a vacina contra o sarampo começar a ser usada, em 1963, a doença era uma das principais causas de mortalidade infantil. Com o aperfeiçoamento e a popularização das imunizações, ela foi controlada na maioria dos países. Nos Estados Unidos, a boa notícia foi anunciada em 2000. Em dezembro do ano passado, no entanto, o sarampo ressurgiu, com 94 casos registrados na Califórnia. Até agora, no total, 121 pessoas foram identificadas com o vírus, em dezoito estados americanos. A origem do surto está associada ao crescente espaço conquistado por grupos adeptos do movimento antivacina, avessos à imunização.

[...]

A grita contra as vacinas, sob a alegação da livre expressão de uma vontade, perde força quando comparada a uma discussão semelhante nos anos 60. Os fumantes acendiam um cigarro sem se preocupar com as pessoas ao lado porque estariam fazendo mal apenas a si mesmos, e ponto. Quando estudos minuciosos comprovaram os danos da “fumaça passiva” à saúde, xeque-mate. Fumar hoje é de mau gosto, além de crime em locais, cada vez mais numerosos, onde impera a proibição.

(Revista Veja, fevereiro de 2015. Adaptado.)

Texto III

O desaparecimento de algumas doenças fez com que as jovens gerações não tenham a percepção da gravidade delas, subestimando a importância da vacinação. Não é negligenciável o efeito negativo que grupos antivacina e a disseminação de notícias falsas provocam, associando levemente as vacinas ao desenvolvimento de doenças graves e atribuindo a elas a ocorrência de efeitos adversos inexistentes.

No entanto, a estratégia de tornar a vacinação compulsória, estabelecendo medidas coercitivas, no nosso entendimento, em absoluto representam uma real possibilidade de resolver esse problema.

(Adaptado de: SÁFADI, Marco Aurélio. *É preciso informação e infraestrutura*. Folha de S.Paulo, 04.08.2018)

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), os movimentos antivacina são tão perigosos quanto os vírus, porque ameaçam reverter o progresso alcançado no combate a doenças evitáveis por vacinação, como o sarampo e a poliomielite. Ainda segundo a OMS, as razões pelas quais as pessoas escolhem não se vacinar são complexas, e incluem falta de confiança, complacência e dificuldades no acesso. Entretanto, os movimentos antivacina vêm crescendo no mundo todo, inclusive no Brasil, que sempre foi exemplo internacional.

(Disponível em: www.sbmt.org.br)



Considerando os textos acima como meramente motivadores, disserte sobre o tema: **movimento negacionista e seus desdobramentos na sociedade contemporânea.**

Proposta de solução

O movimento negacionista consiste na rejeição de conceitos básicos, incontestáveis e apoiados por consenso científico em favor de ideias sem fundamentação teórica e de natureza controversa. Trata-se de fenômeno que se manifesta por movimentos como o antivacina, o terraplanismo e o ceticismo climático e que tem produzido diversas consequências para a sociedade. [Introdução conceito]

Entre as suas consequências, o negacionismo provoca um retrocesso, pois repassa ao público leigo noções falsas sobre fatos cientificamente comprovados, o que provoca a desinformação e a perda de oportunidade de se promover um debate sobre os verdadeiros problemas sociais. Além disso, mina a credibilidade da ciência, que, mesmo com seus limites, é uma grande conquista humana e responsável pelo notável progresso em diversas áreas, como a da saúde. Em alguns casos, como no negacionismo climático, o desprezo pelas evidências dos efeitos das mudanças climáticas pode comprometer o futuro do planeta, principalmente quando encampada por formuladores de políticas públicas. Exemplo disso foi a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris (COP 21), engendrada após a eleição do presidente Donald Trump.

Inserido nessa lógica, como expressão perniciosa do negacionismo, o movimento antivacina tem ganhado muitos adeptos, a despeito da comprovada contribuição das vacinas



no combate às doenças. Quem opta por não se vacinar, levanta o princípio bioético da autonomia, de acordo com o qual as pessoas, no uso da sua liberdade, têm o direito de decidir sobre questões que envolvam suas vidas. Contudo, não se pode desprezar que essa decisão produz impactos diretos sobre a saúde da coletividade, visto que a baixa cobertura vacinal, além de expor o próprio indivíduo, compromete o efeito chamado de "imunidade de rebanho": quando a vacinação em massa de uma comunidade interrompe a cadeia do processo infeccioso, protegendo inclusive quem não foi ou não pode ser vacinado, como enfermos e crianças.

Diante desse cenário, é fundamental que a ciência estreite seus laços com a população e torne mais acessível a sua forma de se comunicar com as pessoas, de modo que o cidadão comum compreenda a confiabilidade das informações que divulga. A sociedade também deve contribuir, principalmente, na seletividade das fontes de informação que utiliza para formar as suas convicções e na busca da racionalidade em detrimento das emoções.

Tema 11

Inédita

Expectativa de vida dos brasileiros aumenta para 76,3 anos em 2018

A expectativa de vida dos brasileiros aumentou em 3 meses e 4 dias, de 2017 para 2018, alcançando 76,3 anos. Desde 1940, já são 30,8 anos a mais que se espera que a população viva. Os dados são das Tábuas Completas de Mortalidade, divulgadas hoje pelo IBGE.

Para as mulheres, espera-se maior longevidade: 79,9 anos. Já a expectativa de vida ao nascer para os homens ficou em 72,8 anos em 2018. Mas essa diferença, chamada de "sobremortalidade masculina", é mais acentuada conforme a faixa etária. Um homem de 20 a 24 anos tinha, em 2018, 4,5 vezes menos chances de chegar aos 25 anos do que uma mulher.



“Esse fenômeno pode ser explicado por causas externas, não naturais, que atingem com maior intensidade a população masculina”, explica o pesquisador do IBGE Marcio Minamiguchi, ressaltando que, em 1940, não havia essa discrepância evidente entre os sexos nos grupos mais jovens. “A partir de meados da década de 80, as mortes associadas às causas externas passaram a desempenhar um papel de destaque. É um fenômeno proveniente da urbanização e inclui homicídios, acidentes de trânsito e quedas acidentais, entre outros”, complementa.

Para ambos os sexos, a maior esperança de vida ao nascer foi observada em Santa Catarina: 79,7 anos. Outros estados com valores elevados, acima dos 78 anos, são o Espírito Santo, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. No outro extremo, está o Maranhão, com a expectativa em 71,1 anos, e o Piauí, em 71,4 anos. Ou seja, uma criança nascida no Maranhão, conforme a taxa de mortalidade observada em 2018, esperaria viver em média 8,6 anos a menos que uma criança nascida em Santa Catarina.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26103-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-para-76-3-anos-em-2018>. Acesso em: 10 dez. 2019.

O número de idosos deverá aumentar no Brasil

A diminuição das taxas de natalidade e o aumento da expectativa de vida geram, consequentemente, a elevação do número de idosos no Brasil.

A estrutura da população brasileira já passou por diversas mudanças. Houve momentos da história em que tivemos crescimento natural acelerado, com número de jovens maior do que de idosos. Em outros momentos, tivemos queda no crescimento natural, e daí por diante a população oscilou muito quanto à estrutura etária.

A partir de 1970, as taxas de natalidade diminuíram gradativamente, em decorrência do ingresso das mulheres no mundo profissional, que passaram a não ter mais tempo para cuidar de filhos e a considerar os altos custos gerados para a educação de crianças.

Com a diminuição das taxas de natalidade, a população vai envelhecendo aos poucos. De acordo com estimativas elaboradas e divulgadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de idosos deverá aumentar. Por volta do ano de 2050, haverá, no Brasil, 73 idosos para cada 100 crianças. O estudo divulgou ainda que, no ano de 2050, a população brasileira será de aproximadamente 215 milhões de habitantes.

Uma tendência mundial, que também serve para o Brasil, é o chamado “crescimento zero”. Segundo estimativas, em torno do ano de 2039, a população brasileira deverá estabilizar o seu crescimento. Isso significa que a população do país irá parar de crescer, ocasionando uma queda na população absoluta.

Outro fator que permite o envelhecimento da população é o aumento na expectativa de vida dos brasileiros, em 2018, de 76,3 anos. Essa média não se irá estabilizar, pois, no ano de 2050, a expectativa de vida subirá para 81,29 anos, igualando-se a de países de elevado IDH, como Islândia (81,80 anos) e Japão (82,60).



Com adaptações. **O número de idosos deverá aumentar no Brasil.**
Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/o-numero-idosos-devera-aumentar-no-brasil.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

OS DESAFIOS DO ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE MODERNA

O Brasil está amadurecendo, em 2020, teremos 30 milhões de idosos. Mas, se passar dos 60 anos é sinônimo de mais sabedoria, por outro lado, junto de tanta experiência vêm os sinais do envelhecimento. Saber lidar de forma equilibrada com as necessidades e limitações apresentadas nesta fase da vida é fundamental para o bem-estar e a qualidade de vida. Para os especialistas, o mais saudável a se fazer é encarar as transformações, para isso, o idoso precisa entender o processo, aceitar a realidade e adotar a prevenção como fator primordial.

Essas mudanças físicas, psicológicas e sociais alteram a maneira de o idoso se relacionar consigo mesmo, com os outros e com o ambiente. Segundo pesquisa encomendada pela empresa Senior Concierge para a MC15 Consultoria, 49% dos idosos se preocupam em ser um peso para a família. Eles esperam ser tratados como qualquer adulto com capacidade de discernimento e poder de decisão e ficam incomodados quando as pessoas os tratam como crianças, tomam decisões sem os consultar ou ignoram a sua própria vontade.

Mas nem sempre os filhos têm a opção de dar total autonomia para os pais. Dados da Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em 2015 pelo IBGE, indicam que 17,3% das pessoas acima de 60 anos apresentam limitações para exercer atividades diárias como utilizar meios de transporte, cuidar do próprio dinheiro ou fazer compras. Nesse estágio, a família que não se preparou para assumir a responsabilidade de ajudar na manutenção de vida do idoso, é pega de surpresa. E mesmo cuidados simples como levar para fazer compras no supermercado ou acompanhar em uma consulta médica podem se transformar em uma tarefa complicada para os filhos, devido ao excesso de trabalho e a vida agitada das grandes cidades.

[...]

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/os-desafios-do-envelhecimento-na-sociedade-moderna-dino89089117131/>. Acesso em: 10 dez. 2019. Com adaptações.

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema: **envelhecimento da população: consequências e desafios.**

Proposta de solução

O processo de **envelhecimento populacional** [assunto] é um fenômeno inexorável. Face ao **aceleramento** desse processo no país, torna-se urgente a sensibilização da sociedade e de



autoridades públicas para as consequências e para os desafios que advirão dessa realidade [tese]. [Introdução roteiro]

Inicialmente, mencione-se que uma das consequências se dará na esfera econômica. O fim do bônus demográfico reduz a quantidade de pessoas em plenas condições laborais, o que pode constituir um problema de escassez no mercado de trabalho, além de impactar o sistema previdenciário, que progressivamente terá mais beneficiários e menos contribuintes. Haverá também efeitos na saúde, especialmente, a pública. Com o passar do tempo, naturalmente, a saúde dos indivíduos passa a demandar cuidados mais frequentes, o que aumenta a demanda por atendimento especializado, principalmente para tratar doenças crônicas. Esse movimento tende a sobrecarregar ainda mais os já insatisfatórios sistemas de saúde e assistência social.

No que tange aos desafios, um dos principais é o rompimento da estigmatização da velhice na sociedade contemporânea. Paradoxalmente, mesmo com o crescente protagonismo assumido no contexto social, o idoso ainda é visto como um "peso" a ser suportado pela sociedade e, muitas vezes, até pela família. Outra dimensão relevante é a relacionada à formação de profissionais. Deve-se investir na preparação e formação de mão de obra especializada no cuidado desse segmento, seja na área médica e fisioterápica ou no cuidado direto, setor ainda muito carente de preparo adequado. Além disso, os sistemas de saúde e assistência social serão muito mais exigidos, tanto em termos de materiais quanto pessoais.



Diante do exposto, observa-se que o processo de envelhecimento da população é permeado de impactos e óbices. Para que a sociedade ingresse num novo patamar de compreensão da sua diversidade, é fundamental que, desde cedo, nas escolas, conste nas grades curriculares disciplinas que abordem os direitos dos idosos e a importância de que sejam tratados de forma digna e respeitosa. Por fim, são necessários investimentos nas áreas da saúde, material e profissional, capazes de prover atendimento especializado ao idoso.

Tema 12

DEMOCRACIA DIGITAL

Para Wilson Gomes, professor da Universidade Federal da Bahia, em seu artigo "A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política", democracia digital se refere "à experiência da internet e de dispositivos que lhe são compatíveis, todos eles voltados para o incremento das potencialidades de participação civil na condução dos negócios públicos".

Isso significa que a internet é uma ferramenta com capacidade de promover a participação da sociedade civil em assuntos de interesse público, participação esta que configura de maneira efetiva a luta por uma sociedade cada vez mais justa e democrática. Deste modo, podemos afirmar que a democracia digital deve assegurar a participação civil nas decisões políticas de uma nação.

Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/rede-social/2885-democracia-digital.htm>. Acesso em: 31 dez. 2019.

CIBERATIVISMO - ATIVISMO NASCE NAS REDES E MOBILIZA AS RUAS DO MUNDO

Quando você busca apoiar uma causa social, o que faz? Provavelmente uma das primeiras coisas é acessar a internet: fazer uma doação, compartilhar campanhas e experiências, assinar uma petição ou confirmar presença em algum protesto. Esses são alguns dos exemplos de como a rede vem ampliando o ativismo social e político e criando novas formas de atuação e mobilização, compondo o que é chamado de ciberativismo.

<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/ciberativismo-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas-o-ativismo-da-rede-para-as-ruas.htm>. Acesso em: 31 dez. 2019.

Considerando que os fragmentos de texto acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema: **ativismo virtual: virtudes e riscos..**



Proposta de solução

O advento da internet provocou profundas transformações comportamentais, notadamente na forma de os cidadãos exercerem o seu protagonismo, característica intrínseca de um regime democrático. Nesse contexto, destaca-se o ativismo virtual, consistente no uso da internet para a participação popular no cenário político, a difusão de informações e o engajamento social., o qual, a despeito das suas virtudes, compreende riscos. [Introdução conceito]

O ativismo virtual pode ser utilizado para fortalecimento da democracia de diversas maneiras. Não têm sido incomuns as demonstrações de mobilização social que tiveram como esteio e elemento propulsor as redes sociais. Basta ver a intensa mobilização virtual ocorrida nos eventos que caracterizam a Primavera Árabe, levante popular contra regimes ditatoriais do Norte da África e Oriente Médio, bem como nos recentes protestos em Hong Kong, em que se utilizaram aplicativos como "facebook" para disseminar ideias e reunir multidões. Outra expressão clara de como ativismo virtual e democracia podem ser aliados materializa-se pelo uso de plataformas digitais disponibilizadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, por meio das quais os cidadãos podem participar da vida política do país com a utilização de ferramentas que permitem formular perguntas, debater projetos de lei, entre outros.

Paradoxalmente, o uso da internet pode representar, também, algumas barreiras ao exercício da democracia. A primeira delas é a exclusão digital, pois, na medida que vários



instrumentos de participação e mobilização popular passam a estar disponíveis apenas no mundo virtual, os que, por diversos motivos, não estão integrados a essa realidade ficam completamente alijados do processo. Outro problema é a propagação de notícias falsas ou "fake news". Disseminadas, muitas vezes, de forma intencional, geram desinformação, contaminam opiniões e conduzem a julgamentos equivocados. Na época eleitoral, é fenômeno ainda mais danoso, eis que afeta o âmago da democracia, o livre convencimento para o exercício do voto.

Diante do exposto, constata-se o elevado potencial da internet em maximizar a participação do cidadão na vida política do seu país e, consequentemente, aprimorar a democracia. Contudo, não se pode esquecer que esse movimento passa pela redução da exclusão digital, de modo que cidadãos de todos os estratos sociais possam ter acesso às diversas ferramentas de participação popular.

Tema 13

Toffoli: racismo estrutural está disseminado na sociedade brasileira

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, disse hoje (7) que o racismo estrutural está disseminado na sociedade brasileira. Toffoli participou da abertura do seminário Questões Raciais e o Poder Judiciário, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão que também é presidido por ele.

Durante discurso de abertura, Toffoli citou pesquisas que mostram que os níveis de vulnerabilidade social da população negra são maiores, incluindo a desigualdade no mercado de trabalho e no próprio Judiciário.

"O racismo estrutural está disseminado na sociedade brasileira. Muitas vezes não existe uma vontade deliberada de discriminar, mas se fazem presentes mecanismos que dificultam a participação da pessoa negra no espaço de poder", afirmou.



De acordo com o presidente do STF, a Constituição determina que a igualdade deve ser alcançada por todas as instituições públicas e privadas. “A Constituição de 1988 agrega como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Em seguida, o procurador-geral da República, Augusto Aras, destacou a importância da realização do seminário e disse que o debate é uma oportunidade de reflexão sobre o racismo estrutural e institucional nos órgãos de Justiça e no Ministério Público.

“A história brasileira registra reiterados exemplos de exclusão de grupos, cujas consequências perduram no tempo. A escravidão de negros e índios no Brasil é certamente um dos mais graves exemplos e que até hoje exige esforços do Estado e da sociedade no combate às desigualdades que gerou, evidenciadas no contexto epidêmico em que vivemos”, afirmou.

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2020-07/toffoli-racismo-estrutural-esta-disseminado-na-sociedade-brasileira>. Acesso em: 21/07/2020. Com adaptações.

Considerando que o texto acima é unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema: **A PERSPECTIVA ESTRUTURAL DO RACISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.**

Proposta de solução

O racismo é um grande problema da sociedade brasileira, cujas origens remontam ao seu passado escravagista. Por se encontrar enraizado nas estruturas sociais, é conhecido como estrutural, o qual consiste numa grave violação aos direitos humanos.

Inicialmente, esclareça-se que o racismo estrutural remete a um contexto de naturalização de ações, comportamentos e estruturas sociais que reforçam ou promovem o preconceito racial. Segundo essa lógica, o racismo encontra-se entranhado e enraizado na estrutura social, a qual se organiza para a manutenção dos privilégios pelos que os detêm. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais da metade da população se autodeclara negra. Apesar disso, causa espanto a muitos encontrar negros em posições de liderança em grandes empresas ou frequentando espaços reservados aos que dispõem



de maior poder aquisitivo, situações que mostram a normalização da segregação racial e da divisão de papéis com base no fenótipo do indivíduo na sociedade.

Outrossim, o racismo estrutural consiste em grave violação aos direitos humanos. Após a abolição da escravidão, não houve políticas de inserção da população negra no mercado de trabalho e na sociedade. Assim, estereotipados como indolentes e preguiçosos, sem terras e sem ocupação, deu-se início ao processo de exclusão social observado até os dias atuais. Nesse contexto, observa-se um quadro em que vários direitos humanos lhes são suprimidos, como o direito à dignidade ou à vida. Como prova disso, basta observar os inúmeros casos de violência motivados pela cor da pele, inclusive contra pessoas famosas, como a jornalista Maria Júlia Coutinho, e a desigualdade racial na letalidade no Brasil, pois, segundo o Atlas da Violência de 2019, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos.

Diante do exposto, faz-se necessária a adoção de providências para a reversão desse cenário. Uma das frentes de combate a essa prática ocorre pela discriminação positiva. Um exemplo de ação desse tipo é a política de cotas nas universidades públicas, a qual, pela garantia do acesso ao ensino superior, possibilita a inserção no meio acadêmico de indivíduos que, em razão da sua condição histórica, têm menos chances de se educar, crescer profissionalmente e ascender socialmente.

Tema 14

Brasil, o país da impunidade?

Pressão popular pode reduzir a corrupção política do país e tornar as punições mais severas, diz especialista



Além de ser considerado o país do futebol, o Brasil carrega outra característica que não está com a bola toda: a constante impunidade em sua política.

Essa má fama, assentida pelos próprios brasileiros, tem a ver com uma questão histórica, segundo o especialista em ciência política Marcos Tarcísio Florindo. Para ele, é preciso ter um olhar retrospectivo para a história do Brasil.

“Esse é um problema na história do sistema político. A gente construiu ao longo dos anos uma república pouco pública e sem transparência, ‘sequestrada’ por interesses particulares”, diz.

“Não que tudo isso tenha tornado a corrupção uma exclusividade do nosso país, mas acredito que, ao construir um Estado pouco transparente e muito relacionado a interesses particulares, nós abrimos uma brecha histórica para que isso continuasse acontecendo até hoje”, afirma Marcos.

A impunidade é vista hoje pela população de duas maneiras: quando falta disposição do Estado fazer prevalecer a punição estabelecida e quando a própria lei ou o magistrado que a aplica são considerados benevolentes com determinado ato criminoso.

Para Florindo, a explicação para isso é que a lei é outra para quem está envolvido em cargos políticos. “A legislação que reprime o nepotismo, a corrupção e o crime do colarinho branco sempre será mais branda e falha com a elite das políticas brasileiras, privilegiando-os. Para esses, a lei é uma coisa, e para o resto da população é outra”, afirma. [...]

Disponível em:
<https://entretenimento.band.uol.com.br/aquinaband/noticias/100000459438/brasil-o-pais-da-impunidade>. Acesso em 23 de junho de 2020. (Adaptado)

O Brasil é o paraíso da impunidade para réus do colarinho branco

Vivemos no paraíso da impunidade dos colarinhos brancos. A pena da corrupção, no Brasil, é uma piada de mau gosto. Embora a pena máxima, de 12 anos, impressione, a tradição nacional orienta que a punição fique próxima à mínima, que é de 2 anos.

Uma pena inferior a 4 anos, quando não é cumprida em regime aberto, em casa e sem fiscalização (na falta de casa de albergado), é substituída por penas restritivas de direitos – ou seja, prestação de serviços à comunidade e doação de cestas básicas. Para piorar o cenário, decretos de indulto natalino determinam a extinção dessas penas após apenas um quarto delas terem sido cumpridas, ainda que penas alternativas não gerem superlotação carcerária, a qual o indulto, em tese, buscaria remediar.

Além de ser baixa, a pena raramente é aplicada contra colarinhos brancos. Ela prescreve. Advogados habilidosos, contratados a peso de ouro – do nosso ouro, desviado dos cofres públicos – manejam petições e recursos protelatórios sucessivos até alcançarem a prescrição e, conseqüentemente, a completa impunidade dos réus. O sistema estimula a barrigada.

Nosso sistema prescricional, aliado ao congestionamento dos tribunais, é uma máquina de impunidade. Somos o único país com quatro instâncias de julgamento, que abrem suas portas à bem manejada técnica



recursal. Dentro de cada uma, são possíveis novos recursos, alguns dos quais se repetem sem fim. Enquanto a Corte Suprema americana julga cem casos por ano, a nossa julga cem mil casos por ano.

A prescrição criminal foi criada para estabilizar relações sociais diante da inércia do autor da ação penal, mas hoje ela funciona como uma punição do autor e, conseqüentemente, da vítima e da sociedade, por uma demora do Judiciário da qual aqueles não têm qualquer culpa.

É como se você planejasse uma viagem de São Paulo ao Rio de Janeiro e a estimasse em seis horas. No trajeto, entretanto, enfrenta-se congestionamento decorrente do excesso de veículos, o que permite que a viagem só seja concluída após oito horas. Então, uma bruxa má, chamada prescrição, determina o cancelamento da viagem num passe de mágica, devolve-o a São Paulo e o condena a nunca mais sair de lá.

Assim foi no caso Propinoduto, que apurou corrupção de fiscais estaduais do Rio de Janeiro, os quais esconderam propinas na Suíça que chegaram a US\$ 34 milhões. A acusação aconteceu em 2003, mesmo ano em que a sentença foi proferida, condenando os auditores. Mas, lembrem-se, no Brasil réus ricos alcançam quatro julgamentos, e esse foi só o primeiro.

O segundo julgamento aconteceu em 2007. O terceiro, em dezembro de 2014, e ainda pendem recursos para o mesmo tribunal. Em 2013, a Suíça ameaçou devolver o dinheiro para os réus, em razão da demora. Se o quarto julgamento demorar o mesmo tempo que o terceiro, esse caso será concluído em 2021, quase 20 anos após a acusação e mais de 20 anos após os fatos, que ocorreram desde 1999.

Guardei a cereja do bolo para o fim: os crimes de corrupção já prescreveram. É como se a corrupção jamais tivesse existido, embora tenha sido amplamente provada e os réus tenham sido condenados.

Infelizmente, essa é a regra em relação aos colarinhos brancos. O caso Maluf prescreveu no tocante ao político, embora tenham sido encontradas centenas de milhões de dólares no exterior. O caso Luís Estêvão, relacionado a desvios de dinheiro público na construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, prescreverá ano que vem, se não se encerrar até lá.

Analisei dados fornecidos pelo Estado do Paraná e constatee que ou não há corruptos do colarinho branco que desviem milhões no Paraná, ou eles não vão para a cadeia. Se esse fosse um teste de múltipla escolha, optaria pela segunda alternativa com segurança.

O Paraná tem quase 30 mil presos, e apenas 53 deles cumprem pena por corrupção. Eles todos, menos dois, praticaram crimes como furto, roubo, tráfico de drogas, embriaguez ao volante ou contrabando. Em geral, tentaram corromper o policial que efetuou a prisão. Dos dois restantes, um foi submetido a medida de segurança, o que indica que é alguém que está fora do juízo pleno, e outro é um oficial de justiça que recebeu gratificação para cumprir um mandado. Nenhum dos presos tem o perfil do corrupto que desvia milhões.

Não há dúvidas de que a corrupção é, no Brasil, um crime de baixo risco. Para réus do colarinho branco, o sistema de justiça penal ainda tem que melhorar muito para ser ruim, quanto mais para ser bom. Os mais reconhecidos estudiosos da corrupção no mundo dizem que, se queremos ser um país livre da corrupção, ela deve ser um crime de alto risco.



Deve ter uma punição séria e que seja aplicada. [...] Até mudarmos a legislação, criando um ambiente menos favorável à corrupção, seremos o paraíso dos grandes corruptos e o inferno daqueles que sofrem diariamente com a falta do dinheiro desviado na educação, na saúde, no saneamento e na segurança pública.

Adaptado. Deltan Dallagnol. Disponível em:
<https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2015/10/01/brasil-e-o-paraíso-da-impunidade-para-reus-do-colarinho-branco.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 19 de junho de 2020.

Tomando como referência os textos motivadores acima, escreva um texto que responda à pergunta feita no primeiro texto motivador: **Brasil, o país da impunidade?**

Proposta de solução

Apesar de o Brasil contar com uma das maiores populações carcerárias do mundo, a impunidade faz parte da sua realidade. Essa convicção não é desprovida de fundamento, eis que se ampara em fatos como a baixa taxa de esclarecimento de homicídios e na leniência da justiça com os crimes de "colarinho branco". [Introdução]

Inicialmente, destaque-se a baixa taxa de esclarecimento no país, a qual evidencia a relação entre o número de denúncias oferecidas e o de crimes registrados. De acordo com a pesquisa "Onde mora a impunidade?", em relação aos homicídios ocorridos em 2016, essa taxa chega a apenas 10%, ou 20% em alguns estados. Isso reflete a existência de limitações na capacidade investigativa de algumas polícias civis, a quem cabe, em regra, a instrução de um inquérito que aponte indícios de autoria e materialidade acerca de um determinado delito. Esse fato grave é ainda mais grave por se tratar de um crime de elevado potencial lesivo à sociedade, aumentando a angústia e o sentimento de impunidade.

Além disso, outro elemento que intensifica a impunidade no país é a leniência da justiça com os crimes de "colarinho branco" permitindo a incidência de prescrição. Não obstante ser um instituto jurídico importante como forma de proporcionar segurança jurídica e



estabilizar as relações sociais, a prescrição tem sido usada para garantir a impunidade, principalmente nos crimes cometidos por indivíduos de maior capacidade econômica. Esses réus têm condições financeiras para contratar e manter advogados ou escritórios de advocacia renomados, com bom trânsito no meio jurídico, capazes de explorar as inúmeras possibilidades recursais existentes no processo penal brasileiro, fazendo com que o processo não se desenvolva e que a pretensão punitiva do Estado seja fulminada.

Diante do exposto, evidenciam-se elementos que justificam o Brasil ser conhecido como o país da impunidade. A reversão dessa situação é possível. Envolve o aperfeiçoamento da atividade de inteligência e investigação desempenhada pelas polícias, de forma que se aumente a taxa de elucidação de crimes, principalmente os violentos. Além deste, é necessário um Judiciário mais célere e regras de julgamento isonômicas, de forma que todos possam ter as mesmas garantias, independentemente do poder econômico.

Tema 15

Senado aprova texto principal do projeto da Lei das Fake News

Pelo placar de 44 votos a 32, senadores aprovaram o texto principal, que ainda pode ser alterado por emendas; proposta ainda vai para a Câmara.

Em uma votação acirrada, o *Senado Federal* aprovou nesta terça-feira um projeto de lei para limitar a produção e disseminação de *fake news*. A proposta teve 44 votos favoráveis e 32 contra e segue agora para a Câmara dos Deputados.

Entre outros pontos, o texto exige a rastreabilidade de mensagens enviadas por aplicativos a mais de mil usuários, identificação de conteúdos impulsionados e sanções às plataformas que descumprirem a lei. A proposta foi chamada de Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.

Desde que foi apresentado pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-ES), o projeto sofreu diversas alterações. Ao todo, foram apresentadas 152 emendas.



Um dos pontos que causou mais controvérsia na versão final do texto é o que prevê que aplicativos como WhatsApp e Telegram guardem as informações de mensagens enviadas por mais de 5 pessoas em um período de 15 dias, alcançando um mínimo de mil pessoas, a “rastreadibilidade”.

As plataformas criticam essas exigências e argumentam que ela impactaria a privacidade dos usuários.

“A criptografia permanecerá intocada. Também não estaremos criando nenhum ambiente de vigilância, pois o acesso a essa cadeia de encaminhamentos só será permitido por ordem judicial para a finalidade de investigação criminal e conforme os critérios já estabelecidos no Marco Civil da Internet”, argumentou o relator Ângelo Coronel (PSD-BA).

No texto final, Coronel manteve os artigos que preveem que as operadoras de telefonia validem o CPF dos usuários de chip pré-pago e que obrigam os aplicativos de mensagem a suspender as contas cujos números forem desabilitados. Segundo o senador, a intenção é evitar a criação de perfis falsos.

“Nesse ponto não há captura em massa de informações dos usuários, como tem sido dito por alguns. O que se busca não é diferente do que se exige hoje para aplicativos de compras *on-line*, por exemplo”, afirmou.

A proposta exige ainda que os provedores de redes sociais identifiquem todos os conteúdos impulsionados e publicitários, inclusive os eleitorais. Especialistas consideram a medida positiva e afirmam que ela facilitará a identificação de pessoas que produzem conteúdo falso.

No relatório aprovado, também há regras sobre publicidade da Administração Pública nas redes sociais, exclusão de conteúdo e autorregulação.

Disponível em: <https://exame.com/brasil/senado-aprova-texto-principal-do-projeto-da-lei-das-fake-news/>. Acesso em: 18 de setembro de 2020 [adaptado].

Considerando o texto acima como meramente motivador, redija uma dissertação sobre: **FAKE NEWS: PROBLEMAS E SOLUÇÕES.**

Proposta de solução

O debate acerca da veracidade das informações não surgiu no século XXI, mas o advento da internet potencializou o alcance, a escala e a velocidade das notícias falsas. As “fake news”, ou desinformação (termo mais aceito academicamente), são um grande problema social, contexto que demanda a análise dos problemas que causa, como a ameaça à democracia, bem como das suas soluções, que envolvem, principalmente, a alfabetização midiática.



Primeiramente, destaque-se que a desinformação consiste numa ameaça à democracia, principalmente, pelos riscos ao processo eleitoral. Isso porque as notícias falsas retiram do indivíduo a capacidade de discernimento e podem ser utilizadas para manipular os eleitores a votarem num determinado candidato. Esse mecanismo apresenta-se extremamente crítico num contexto em que as redes sociais detêm volumosa quantidade de informação sobre os seus usuários. Se adequadamente tratadas, essas informações permitem o delineamento do perfil de cada indivíduo e o envio de mensagens específicas, com elevado potencial de convencimento. Exemplo disso veio à tona com o escândalo da Cambridge Analytica. No caso, as informações de mais de 50 milhões de usuários do facebook foram utilizadas por aquela empresa para criar um sistema capaz de prever e influenciar o comportamento dos eleitores.

Outrossim, um dos desafios para a superação do problema é a alfabetização midiática, aquela que permite aos indivíduos analisarem, de forma crítica e reflexiva, as informações, bem como produzirem os conteúdos oriundos do meio digital. A importância desse tipo de reflexão pode ser mensurada pelo seguinte dado: segundo a empresa de segurança Kaspersky, 62% dos brasileiros não sabem reconhecer uma notícia falsa. Destarte, nota-se a necessidade de se investir em educação, a fim de formar cidadãos capazes de ter discernimento e autonomia diante de conteúdos veiculados nas mais diferentes mídias; de entender os riscos ligados à difusão de conteúdo falso e de exigir a comprovação da veracidade das informações veiculadas.

Diante do exposto, percebe-se que as "fake news" são um grande problema à democracia, contudo seu efeito pode ser minimizado pela alfabetização midiática. Para a minimização dos efeitos negativos das "fake news", a sociedade deve exercer um papel ativo no que tange às



informações que recebe e buscar confirmar a sua veracidade. Isso pode ser feito, por exemplo, pela consulta a plataformas de checagem de fatos.

Tema 16

ASSÉDIO VIRTUAL - 'CYBERBULLYING É QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA'

"Brincadeiras" ofensivas foram por muito tempo ignoradas por pais e responsáveis por crianças e adolescentes. Nos últimos anos, no entanto, o *bullying* passou a ser encarado de forma mais séria e hoje é considerado um problema real e frequente em todo o mundo. No entanto, com as novas plataformas de comunicação, a juventude passou a conviver com as agressões também no ambiente virtual. Tanto que o *cyberbullying* tornou-se problema de saúde pública e que pode trazer consequências graves para as vítimas.

Ansiedade, depressão e suicídio são alguns dos resultados da violência praticada entre crianças e adolescentes no ambiente virtual. Os sintomas nem sempre são percebidos pelos responsáveis, o que torna a agressão ainda mais perigosa. Falta de políticas públicas de combate ao problema e a ausência de debate nas escolas e na sociedade são agravantes.

Segundo a última pesquisa TIC Kids, de 2016, realizada pelo CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil), mais de 80% da população brasileira entre 9 e 17 anos utilizam a rede. O número de jovens que navegam na rede mais de uma vez por dia foi de 21% em 2014 para 69% em 2016.

Disponível em: < <https://www.nic.br/noticia/na-midia/assedio-virtual-cyberbullying-e-questao-de-saude-publica/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

MODELO DE MG COMETE SUICÍDIO APÓS VÍDEO DE SEXO VAZAR NA WEB

Uma notícia chocou o Brasil nesta quarta-feira, quando a Polícia Civil de Goiás divulgou que uma modelo de Minas Gerais pode ter cometido suicídio após o vazamento de um vídeo.

De acordo com O Tempo, Milena Chaves Andrade, 20, natural da cidade de Sete Lagoas, foi encontrada morta nesta segunda-feira, 27.

A moça foi encontrada por seu *personal trainer*, que foi em seu apartamento a pedido de sua família, que não conseguia contato com ela há dias.

Milena foi encontrada dentro do banheiro enforcada com o cabo de sua chapinha e, segundo as suspeitas, ela teria cometido suicídio após um vídeo em momento íntimo ter caído na *web*.



O vídeo teria viralizado entre seus colegas de trabalho e lhe causado depressão. Se a teoria for confirmada, o autor do vazamento poderá pegar até cinco anos de prisão.

Disponível em: < <http://moonbh.com.br/modelo-de-mg-comete-suicidio-apos-video-de-sexo-vazar-na-web-veja/>>. Acesso em: 11 set. 2019.

CYBERBULLYING: A VIOLÊNCIA VIRTUAL

Todo mundo que convive com crianças e jovens sabe como eles são capazes de praticar pequenas e grandes perversões. Debocham uns dos outros, criam os apelidos mais estranhos, reparam nas mínimas “imperfeições” - e não perdoam nada. Na escola, isso é bastante comum. Implicância, discriminação e agressões verbais e físicas são muito mais frequentes do que o desejado. Esse comportamento não é novo, mas a maneira como pesquisadores, médicos e professores o encaram vem mudando.

Há cerca de 15 anos, essas provocações passaram a ser vistas como uma forma de violência e ganharam nome: *bullying* (palavra do inglês que pode ser traduzida como “intimidar” ou “amedrontar”). Sua principal característica é que a agressão (física, moral ou material) é sempre intencional e repetida várias vezes sem uma motivação específica. Mais recentemente, a tecnologia deu nova cara ao problema. E-mails ameaçadores, mensagens negativas em *sites* de relacionamento e torpedos com fotos e textos constrangedores para a vítima foram batizados de *cyberbullying*. Aqui, no Brasil, vem aumentando rapidamente o número de casos de violência desse tipo.

Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1530/cyberbullying-a-violencia-virtual>>. Acesso em: 11 set. 2019.

A partir da leitura dos textos motivadores, redija um texto dissertativo sobre o tema: **CIBERBULLYING: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.**

Proposta de solução

A prática da intimidação sistemática por meio virtual, ou “cyberbullying”, consiste no uso do espaço virtual para intimidar e hostilizar uma pessoa. Trata-se de grave problema o qual exige um entendimento aprofundado acerca das suas causas e consequências [tese].
[Introdução roteiro]

Inicialmente, destaca-se a existência de inúmeras razões para a ocorrência do “cyberbullying”. Uma delas é o anonimato, o que provoca a sensação, por parte do agressor, de que não poderá ser responsabilizado pelos seus atos. Os responsáveis, geralmente,



usam perfis falsos ("fakes"), acreditando estarem totalmente protegidos quanto à sua identidade real, o que, em tese, preservar-lhes-ia de qualquer responsabilização pelos seus atos ou de eventual reação por parte do ofendido. Outra causa é a cultura da intolerância, ainda fortemente presente na sociedade, que se expressa pela dificuldade de se conviver com as diferenças. Não raro, a dificuldade em conceber entendimentos diversos ou culturas diferentes resulta em manifestações de violência externalizadas pelos meios digitais.

Além disso, o "cyberbullying" acarreta sérios transtornos às suas vítimas. Os sintomas iniciais incluem o isolamento, a tristeza e a exclusão do convívio social. Caso a situação não seja tratada adequadamente, traumas e problemas podem ser gerados, como baixo desempenho escolar e dificuldades em se relacionar em sociedade. Nos casos mais extremos, a vítima pode cometer suicídio, fato que, embora trágico, não é incomum, sobretudo em situações de vazamentos de fotos íntimas das vítimas. Os efeitos desse problema podem ser bastante nocivos à sociedade brasileira, mormente pelo fato de pesquisas apontarem o país como o segundo em casos de "cyberbullying" contra crianças e adolescentes.

Diante do exposto, fica clara a gravidade do problema, o que enseja tratamento diligente por parte do poder público. Dentre as possíveis providências, sugere-se: a capacitação de docentes para a implementação das ações de prevenção, orientação e solução do problema; e a implementação e disseminação de campanhas de educação e informação, tornando claras as consequências danosas desse ato para as vítimas, além das consequências penais e cíveis para os agressores.



SEGUNDA RODADA DE TEMAS

Tema 17

Inédita

TEXTO I

A Educação a Distância – EaD tem ganhado espaço no cenário educacional do Brasil, apresentando-se como modalidade minimizadora de questões como deslocamento e ativismo, obrigando a presença do educando em um ambiente físico de aprendizagem com carga horária e frequência estabelecida, sendo fator determinante para aprovação. A flexibilidade é uma vantagem, mas pode transformar-se em desvantagem pelo exercício de autonomia por parte do educando, requerendo disciplina para abordagem, exploração e socialização dos questionamentos e conhecimentos adquiridos.

[...]

A Educação a Distância foi conceituada no Brasil por meio do citado Decreto nº 5.622 (Brasil, 2005):

Art. 1º: Para os fins deste Decreto, caracteriza a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Amparada nessa conceituação, a Educação a Distância delineou um papel colaborativo contemporâneo fundamental para a Educação, proporcionando diversos avanços por possibilitar a superação dos limites de espaço e tempo inerentes às formas tradicionais da educação presencial, graças, sobretudo, à utilização de tecnologias de informação e comunicação (TICs) atualmente disponíveis, com destaque para a internet. Foi responsável também por instigar e massificar uma característica edificante na EaD, autoaprendizagem, conforme podemos depreender do que está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, pelo Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no DOU de 11 de fevereiro de 1998), que assim define:

A Educação a Distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação (MEC, 2003). Os meios de comunicação são os responsáveis pela alteração do conceito de presencialidade do educador (presença física), assim como sua responsabilidade do “ensinar” (LDB).

É imperativo ressaltar que a autoaprendizagem não representa necessariamente que o educando estará desassistido na construção do conhecimento, posto que os cursos a distância majoritariamente contam com a atuação de professores, tutores e diversos outros profissionais na nobre missão de desenvolver a



mediação pedagógica, algo imprescindível ao processo de ensino e aprendizagem, em um processo recorrente na EaD, que é a aprendizagem colaborativa, pela qual o conhecimento deve ser construído a partir da intensa relação entre os atores dos cursos.

Disponível em: <http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/educacao-a-distancia-desafio-e-perspectivas>. Acesso em: 23 de abril de 2020. Com adaptações

TEXTO II

Educação EAD cresce 133% em mais de um ano após atualização de legislação

Há pouco mais de um ano de expedição do Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017, norma que atualizou a legislação sobre a regulamentação do ensino a distância no Brasil, houve crescimento de 133% dos polos EAD no país.

Antes, eles eram 6.583 e passaram a ser 15.394 de acordo com o Ministério da Educação (MEC).

Dados mais recentes do Censo da Educação Superior, coletados em 2016 e publicados no segundo semestre de 2017, também apontam que mais de 18% das matrículas no ensino superior são em cursos a distância, alcançando a marca de 1.494.418 em 2016. Em 2006, o percentual de participação da modalidade era de apenas 4,2% do total de matrículas.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2018/07/12/internas_educacao,972964/educacao-ead-cresce-133-em-mais-de-um-ano-apos-atualizacao-de-legisla.shtml. Acesso em: 23 de abril de 2020.

TEXTO III

Modelo de ensino a distância é desafio durante a pandemia do coronavírus

Na situação inusitada do isolamento social, a criação de um **modelo pedagógico** se tornou desafio tão grande quanto o combate em si ao coronavírus. Diante de **escolas fechadas por tempo indeterminado**, a **rede pública de Minas Gerais** tem nas mãos a missão de encontrar solução para suas **3.613 escolas e cerca de 1,8 milhão de alunos**, num território marcado por diferenças econômicas, sociais e culturais. Já a rede privada, diante do impasse entre aquelas que se valem ou não do recurso das aulas *online*, usa de sua autonomia para mobilizar os estabelecimentos a manter pelo menos algo em uníssono: o vínculo com as famílias.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais informa que **prepara estratégia** para oferecer aos estudantes a possibilidade de acesso ao conteúdo das disciplinas, caso a suspensão das atividades escolares se estenda. Seja na pública ou na particular, pelo menos um ponto é comum: o que os pais estão vivenciando, não importa em qual nível de ensino, é **totalmente novo**. "Seja fundamental ou médio, ninguém nunca passou pela experiência das aulas *online*", afirma a Sindicato das Escolas Particulares do Estado de Minas Gerais (Sinep-MG), Zuleica Reis.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/educacao/2020/04/02/internas_educacao,1134815/modelo-de-ensino-a-distancia-e-desafio-durante-a-pandemia-do-coronavir.shtml. Acesso em: 23 de abril de 2020.



A partir da leitura dos textos motivadores, redija um texto dissertativo sobre **a educação a distância (EaD) no Brasil: possibilidades e desafios**.

Abordagem teórica

1. Democratização do ensino e oportunidades

Conforme se depreende dos textos motivadores, a educação a distância (EaD) é modalidade educacional em que professores e alunos interagem virtualmente, dispensando-se a reunião desses agentes no mesmo local e ao mesmo tempo.

Trata-se de modalidade de ensino em franca expansão no nosso país: de acordo com o censo EAD.BR, feito pela Associação Brasileira de Ensino a Distância (Abed), o ano de 2017 registrou um número recorde de matriculados: 7.773.828. Os cursos que têm ampliado seu número de alunos são os de nível superior e de pós-graduação *lato sensu*, segundo o relatório.¹

Segundo o Inep, enquanto o ensino presencial apresentou queda nas matrículas, a EAD registrou um crescimento de 17,6% de 2016 para 2017. Os alunos dessa modalidade são quase 1,8 milhão, ou 21,2% do total de matriculados em todo o Ensino Superior².

Em 2018, pela primeira vez, o número de vagas oferecidas em cursos de graduação a distância superou a oferta da modalidade presencial no Brasil. Em 2018, as instituições de ensino superior (IES) disponibilizaram 7,1 milhões de vagas para a EAD; aos cursos presenciais, 6,3 milhões.

Inicialmente, destaca-se que, pela sua natureza, a EaD traz consigo inúmeras possibilidades. Uma delas é a **democratização do ensino**, pois, por meio dessa modalidade, é possível ofertar educação em locais onde não há cursos presenciais ou para aqueles cujo acesso ao ensino não é viável. Trata-se de ferramenta bastante útil para alunos de áreas muito distantes que tenham dificuldade de se deslocar até o centro educacional mais próximo, tais como os habitantes das áreas rurais, sujeitos à exclusão escolar.

Além disso, devido à estrutura mais enxuta e à escalabilidade, apresentam custo inferior aos cursos tradicionais, viabilizando o acesso à parcela da população que seria financeiramente incapaz de arcar com o custo de cursos presenciais. Segundo o especialista em ensino a distância João Vianney, os cursos de EaD são em média 70% mais baratos que os da educação presencial³.

¹ Disponível em: <https://forbes.com.br/negocios/2019/03/educacao-a-distancia-um-modelo-que-so-cresce/>. Acesso em: 24/04/2020.

² Idem.

³ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/15/A-expans%C3%A3o-do-ensino-a-dist%C3%A2ncia.-E-seu-impacto-na-educac%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 24/04/2020.



Nesse contexto, é interessante mencionarmos o conceito de **Sociedade em Rede** do sociólogo **Manuel Castells**, o qual previra a descentralização do conhecimento proporcionada pelo advento das redes digitais e, entre as suas vantagens, o processo de democratização do saber. Segundo o próprio Castells⁴:

"A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes".

A "Sociedade em Rede" revela uma vivência diferente, fruto das potencialidades oferecidas pela internet. As comunidades virtuais e as redes sociais permitem o compartilhamento da informação e a pavimentação do conhecimento, o qual pode ser construído de forma descentralizada. Nesse contexto insere-se a EaD, a qual conta com um suporte tecnológico para disseminar conhecimento de forma pulverizada.

Outra importante oportunidade é a sua **comodidade** e **flexibilidade**, que permitem às pessoas adquirirem conhecimento no momento em que estão disponíveis. O modelo de ensino presencial pressupõe a disponibilidade do aluno no momento da aula, o que nem sempre é possível. Além disso, economiza-se com o tempo de deslocamento até o local da aula, fator extremamente providencial no contexto crítico de mobilidade das grandes cidades.

2. Riscos associados ao modelo

Numa perspectiva diferente da que foi vista anteriormente, a EaD, ao invés de reduzir as desigualdades, poderia amplificá-la.

Num país marcado por grande desigualdade social, um ponto a se considerar é a ainda presente **exclusão digital**, fenômeno que se caracteriza pela falta de qualquer interação tecnológica por parte dos cidadãos, o qual pode agravar ainda mais o quadro de exclusão e desigualdade social.

A considerável parcela da população que não dispõe dos recursos físicos para o acesso ao conhecimento disponível na rede, ou que não possui o conhecimento necessário para acessá-los, ou que reside em locais cuja estrutura de internet é indisponível, considerados excluídos digitais, ficaria à margem desse processo. Nesse sentido, a tecnologia, que possui enorme potencial para aproximar, acabaria servindo para excluir ainda mais os que já são excluídos.

Segundo a pesquisa Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) Domicílios do IBGE, dados de 2018, enquanto 92% dos integrantes da classe A podem ser considerados usuários de internet, esse número é de apenas 48% entre as classes D e E.

⁴ Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/sociedade-em-rede-e-cidadania/>. Acesso em: 24/04/2020.



Assim, na medida em que somente as classes financeiramente melhor posicionadas teriam plenas condições de usufruir das possibilidades oferecidas pela EaD, haveria a formação de um ciclo vicioso que tende a realimentar ainda mais as desigualdades sociais já existentes.

Outrossim, potencializado pela progressiva redução das exigências para fins de credenciamento dos cursos junto ao MEC⁵, tem-se observado um crescimento expressivo dessa modalidade de ensino nos últimos anos. Esse cenário constitui um **risco à qualidade dos cursos**, tanto pelo afrouxamento das regras quanto pela maior quantidade de empresas a serem fiscalizadas. Ressalte-se que a qualidade dos cursos repercute na qualidade dos profissionais que passarão a compor o mercado de trabalho após a formação. Se forem maus profissionais, constituem um risco à sociedade.

Tema de elevada sensibilidade é a adoção da **EaD para o ensino básico**, haja vista a possibilidade concreta do comprometimento da qualidade do processo de aprendizagem.

O primeiro ponto é que o sucesso da EaD depende, necessariamente da disciplina dos alunos, algo que, em regra, vem com a maturidade. Outro ponto é que a tarefa de mediação, de zelar pela execução das tarefas e tirar dúvidas ficaria a cargo dos pais, que, via de regra, não estão preparados para isso. Foi o que se viu, por exemplo, no contexto da pandemia, em que as atividades escolares foram transferidas aos pais, dado o fechamento das escolas.

Nesse contexto, saliente-se que o processo educacional extrapola a transmissão de conhecimento, porquanto envolve a formação do cidadão, a criação de uma consciência crítica e a convivência do aluno com os colegas, preparando-o para os desafios da vida em sociedade. Assim, nesse sentido, a EaD prejudicaria esse contato, algo indesejável tanto nos cursos para jovens quanto nos para adultos, nos quais se valoriza a formação de uma rede de contatos (*networking*).

3. Desafios

O primeiro grande desafio é **combater a exclusão digital**. Isso pode ser feito por meio da facilitação à aquisição de equipamentos que permitam o acesso às plataformas digitais.

Recentemente, tem-se observado um grande avanço nesse sentido. As classes D e E estão cada vez mais conectadas à internet, pela popularização dos *smartphones*. Contudo, esse não é o meio ideal para que se desenvolvam as atividades de aprendizagem, haja vista o reduzido tamanho dos ecrãs. Nesse sentido, a

⁵ A partir de 2017, com a publicação do Decreto nº 9.057/2017 pelo ex-presidente Michel Temer, as instituições privadas de ensino superior podem atuar exclusivamente com educação a distância. O referido Decreto permitiu que elas pudessem se credenciar para oferecer cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* (especializações e MBAs) na modalidade sem que precisassem, simultaneamente, oferecer algum curso presencial. Até então, essa era uma exigência do MEC. O governo também flexibilizou a abertura de polos de ensino. Anteriormente, o MEC precisava visitar cada um deles, o que tornava o processo lento. Depois do Decreto, o Ministério passou a fazer a avaliação dos cursos apenas na sede da instituição que os oferecia.



popularização de equipamentos como *desktops* e *notebooks* é um desafio a ser considerado para a expansão da EaD e para a aprendizagem satisfatória.

Além disso, cumpre destacar a necessidade de se levar a infraestrutura de rede para os locais mais afastados e ainda sem acesso à internet.

Por fim, é importante ressaltar o desafio da **barreira geracional**. Apesar das novas gerações se adaptarem aos recursos digitais com maior facilidade, pessoas nascidas antes da década de 70/80 apresentam, com alguma frequência, dificuldades em lidar com determinados recursos e plataformas digitais.

Ligada à ideia apresentada nesse último parágrafo, ainda há **preconceitos no que se refere à qualidade da EaD**. Ainda há a crença por parte de alguns que o processo de aprendizagem demanda a presença física de alunos e professores no mesmo local ao mesmo tempo

Uma grande diferença é que a EaD reconhece o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem. Dá a ele maior liberdade, o que envolve maior responsabilidade. Cabe ao aluno definir o seu tempo e se organizar de modo a conseguir lograr êxito nas avaliações, da mesma forma que existem no ensino presencial. Assim, o processo de EaD é, obviamente, diferente do presencial, o que não o torna pior, visto que é capaz de entregar curso de qualidade semelhantes ou superiores aos apresentados de forma presencial.

Outro preconceito é que, somente pelo fato de ser **EaD, o curso é mais fácil que o presencial**. Isso também não é verdade, pois as aulas e atividades devem ser cumpridas pelo aluno em um prazo determinado, bem como há a realização de avaliações, tal e qual no modelo presencial.

Esses preconceitos são bastante nocivos, visto que podem fomentar uma discriminação negativa no mercado de trabalho, colocando em patamar de desigualdade os concludentes de cursos pela modalidade EaD.

Outro desafio é a **criação de ferramentas que minimizem a noção de isolamento do aluno**. Isso envolve a criação de espaços interativos entre alunos e alunos e professores, de forma que se promova a maior interação entre pessoas e a criação de laços no grupo. Nada impede, também, que, eventualmente, sejam marcados eventos presenciais, de modo que as pessoas possam se reunir e fortalecer as suas redes de relacionamento.

Por fim, ligado a isso, a **evasão** nos cursos de EaD é outro desafio. A taxa de evasão nestes é superior àquela dos presenciais: em 2018, 36,5% dos estudantes desistiram, enquanto a taxa ficou em 26,5% nos presenciais⁶.

Bem, muita informação, correto?! Agora é com vocês.

⁶ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/15/A-expans%C3%A3o-do-ensino-a-dist%C3%A2ncia.-E-seu-impacto-na-educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 24/04/2020.



Tema 18

O que é a 'cultura de cancelamento'

Mobilização por boicote a empresas ou pessoas que tiveram comportamento considerado errado ou inadequado (como comentários racistas) divide progressistas e causa debate nos EUA.

O movimento hoje conhecido como "cultura do cancelamento" começou, há alguns anos, como uma forma de chamar a atenção para causas como justiça social e preservação ambiental. Seria uma maneira de amplificar a voz de grupos oprimidos e forçar ações políticas de marcas ou figuras públicas.

Funciona assim: um usuário de mídias sociais, como Twitter e Facebook, presencia um ato que considera errado, registra em vídeo ou foto e posta em sua conta, com o cuidado de marcar a empresa empregadora do denunciado e autoridades públicas ou outros influenciadores digitais que possam amplificar o alcance da mensagem. É comum que, em questão de horas, o post tenha sido replicado milhares de vezes.

Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/o-que-e-a-cultura-de-cancelamento,05b5636a91deg260d31e6fe84d2938750qtcg903.html>. Acesso em: 12 de agosto de 2020 [adaptado].

"Gabriela Pugliesi cancelada" é resultado de uma sequência de situações polêmicas

"Se a intimidade com a audiência fosse diferente, ela talvez tivesse contornado de uma maneira tranquila", explica a pesquisadora Issaaf Karhawi.

Em meio à pandemia do novo coronavírus, em que autoridades de saúde do mundo inteiro pedem para que as pessoas fiquem em casa, a influenciadora digital Gabriela Pugliesi resolveu dar uma festa em casa para poucos amigos. Não contente, ela e seus amigos resolveram registrar tudo nas redes sociais.

Tudo pegou muito mal. Milhões de pessoas não gostaram do desrespeito com a situação em que estamos vivemos e no dia seguinte ela foi obrigada a pedir desculpas para seus seguidores.

Mesmo assim a audiência não aceitou o que ela tinha para dizer, e Gabriela acabou sendo cancelada pelas redes sociais. Em consequência, ela desativou o perfil no Instagram. A situação foi além da reação negativa da audiência, pesou no bolso e mais de dez marcas quebraram contratos com a influenciadora.

Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/gabriela-pugliesi-cancelada_br_5ea9caedc5b63115cec2c5a7. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

O que "sinal de OK" retratado como racista nas redes revela sobre a "cultura de cancelamento".

No último dia 3 de junho, o americano Emmanuel Cafferty, de 47 anos, voltava para casa depois de mais um dia de trabalho. Sua rotina era passar entre 8 e 12 horas diárias em inspeções na rede subterrânea de gás e eletricidade da cidade de San Diego, na Califórnia. Era fim de tarde e fazia calor. Ao volante da caminhonete da empresa, ele mantinha a janela aberta, com o braço esquerdo para fora. Segundo Cafferty, ele estalava as juntas dos dedos da mão esquerda distraidamente, o polegar alongando os demais dedos em direção à palma da mão, um gesto que repetiu algumas vezes durante a entrevista com a BBC News Brasil.



"Foi nesse momento que um homem desconhecido, com um celular e uma conta de Twitter, virou minha vida de cabeça pra baixo", contou Cafferty.

Fazia apenas uma semana que George Floyd, um homem negro e desarmado, havia sido morto por um policial branco em Minneapolis. As imagens do assassinato de Floyd causaram o que tem sido considerada a maior onda de protestos populares contra o racismo nos Estados Unidos. Nesse contexto, o estalar de dedos de Cafferty acabou interpretado por um motorista de outro veículo como um gesto específico, um símbolo usado por movimentos supremacistas brancos.

"Esse homem começou a buzinar e me xingar. Ele gritava: 'Você vai continuar fazendo isso?' E sacou o celular para fotografar. Achei que eu talvez tivesse fechado ele no trânsito, por acidente. Mas estávamos os dois parados no semáforo, eu não estava entendendo nada", relata Cafferty.

Duas horas após o incidente, seu supervisor telefonou para dizer que ele havia sido denunciado como racista nas redes sociais e estava sendo suspenso do trabalho, sem vencimentos. Uma hora mais tarde, seus colegas chegaram à sua casa para levar a caminhonete e o computador da empresa embora. Cinco dias depois, ele estava demitido.

"Foi assim que eu perdi o melhor emprego que já tive na vida", diz Cafferty. Sem faculdade, filho de migrantes mexicanos, ele vivia sua versão do sonho americano. Ganhava US\$ 41 por hora, o dobro do salário de seu emprego anterior, e tinha plano de saúde e de aposentadoria pela primeira vez na vida. Quando conseguiu a vaga, há seis meses, ele, as três filhas e os netos saíram para jantar em comemoração.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53458452>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

Considerando os textos acima como motivadores, escreva um texto dissertativo sobre os **aspectos positivos e negativos da cultura do cancelamento**.

Abordagem teórica

1. Cultura do cancelamento

A cultura do cancelamento consiste numa mobilização, realizada em regra no ambiente virtual, para que se realize um boicote a pessoas ou empresas cujo comportamento tenha sido julgado inadequado ou ofensivo.

Funciona mais ou menos assim: uma pessoa vê ou tem contato com um comportamento socialmente reprovável. A partir disso, essa pessoa registra o fato e copia em uma postagem uma série de outras pessoas, inclusive aquelas com um grande número de seguidores, as quais copiam outras pessoas, de modo que essa postagem passa a ser viralizada. Isso também pode incluir a empresa onde a pessoa que praticou o ato, supostamente reprovável, trabalha, como ocorreu no incidente Emmanuel Cafferty.

Não que a censura ou a perseguição a determinados posicionamentos seja algo novo. A novidade é que isso nunca ocorreu na velocidade e na escala a que se assiste atualmente. Nesse sentido, é inevitável falarmos do papel da internet nesse fenômeno.



De fato, a internet revolucionou a forma como a sociedade se comporta. Possibilitou uma participação de grupos que, outrora, tinham dificuldade de expor posicionamentos e lutar pelos seus direitos. A maior capacidade de mobilização e o ativismo virtual têm contribuído na luta por causas de elevado valor democrático, como a justiça social, e pela preservação ambiental.

Nessa esteira vem o cancelamento. Pelo menos em princípio, trata-se de uma forma de promover transformações na sociedade e mostrar que determinados comportamentos não mais são tolerados. Nesse sentido, é uma legítima expressão democrática que, por meio de grande reação social, chama a atenção para pessoas que externalizam comportamentos preconceituosos e que ofendem a dignidade dos indivíduos. Trata-se, pois, de uma maneira de amplificar a voz de grupos oprimidos e forçar ações políticas de marcas ou figuras públicas. Denota um aspecto positivo de maior identificação de condutas que se contrapõem à noção de democracia, bem como um maior envolvimento com pautas que em tempos anteriores se restringiam a determinados círculos.

Foi o caso do movimento “#MeToo”, o qual contribuiu para ostracizar uma série de acusados de assédio sexual, principalmente na indústria do entretenimento. Para quem não se recorda, segundo a Veja⁷:

O movimento “#MeToo” ganhou força em 2017 quando a atriz Alyssa Milano publicou no seu twitter um pedido para que todas as pessoas que já sofreram assédio sexual usassem a hashtag #MeToo. E foi aí que o termo viralizou não só em Hollywood, mas no mundo todo. Homens e mulheres compartilharam inúmeras histórias de abusos e assédios sexuais.

Diante de tamanho engajamento, podemos dizer que o “Me Too” inspirou milhares de pessoas a quebrarem o silêncio e lutarem pela causa. Mas ainda existe um mundo machista e cruel por trás dessa revolução: homens poderosos muitas vezes chantageiam e abusam do poder para não caírem na boca do povo.

Como foi o caso de repercussão mundial, que envolveu um dos homens mais poderosos de Hollywood, Harvey Weinstein. Ele foi acusado de assediar dezenas de mulheres. Entre elas atrizes famosas e ex-funcionárias. Durante anos ele se livrou de processos fazendo acordos de confidencialidade com as vítimas e pagando para que se calassem, além de ameaçar destruir suas carreiras. Porém levantamento realizado pelo jornal The New York Times, mostra que mais de 200 homens influentes perderam seus cargos depois de serem acusados publicamente de assédio sexual.

Contudo, apesar de nobre na teoria, na prática, o cancelamento pode servir como forma de disseminação de intolerância. Fatos que poderiam ser aproveitados para alertar a sociedade sobre a persistência de determinados comportamentos e iniciar um diálogo sobre questões sociais estruturantes têm servido como instrumento de catarse e vingança coletiva. Prefere-se, simplesmente, apagar a pessoa em vez de discutir

7 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/videos/veja-explica/voce-sabe-o-que-e-o-movimento-metoo-veja-explica/>. Acesso em 15 de setembro de 2020.



o problema, comportamento típico de uma sociedade pautada na concorrência e não na construção coletiva de ideias.

Irmanados sob a bandeira da justiça social, observa-se que a luta pela igualdade tem servido à propagação de desigualdade e o privilégio, comportamento que denota um viés de falso moralismo. Concebe-se que, determinados posicionamentos, quando oprimem minorias e suprimem direitos humanos são dignos de reprimenda. Isso, contudo, deve passar pelo escrutínio do Poder Judiciário, a quem cabe se pronunciar quanto à ocorrência de desvios ao que preconiza o Estado Democrático e impor, se cabível, punições.

O que é digno de questionamento é o julgamento sumário, apressado, sem conceder à pessoa o direito de se explicar ou justificar a sua opinião. As inúmeras garantias processuais (contraditório, ampla defesa, presunção da inocência, juiz natural), não obstante deixarem o andamento processual muito mais moroso, servem, justamente, para evitar o cometimento de injustiças, muitas delas de difícil reparação. Essas garantias, contudo, não são observadas pelo "Tribunal da Internet" e, por vezes, podem destruir reputações, carreiras ou, até mesmo, vidas, numa velocidade muito alta.

Observem o seguinte texto retirado do site da BBC⁸:

O alcance da cultura do cancelamento nos Estados Unidos tem gerado questionamentos sobre a possibilidade de que injustiças sejam cometidas.

Cafferty não é um caso único. No fim de maio, um pesquisador contratado por uma consultoria política progressista compartilhou no Twitter o resultado de um estudo que indicava que, nos anos 1960, protestos raciais violentos aumentavam o percentual de votos em candidatos republicanos, enquanto atos pacíficos favoreciam políticos democratas nas urnas. Ativistas consideraram que seu comentário era uma reprimenda aos atos pela morte de George Floyd e passaram a exigir sua demissão. O pesquisador foi demitido dias mais tarde.

No último mês, uma professora de teatro em Nova York foi acusada de ter cochilado durante uma reunião online para tratar de ações por justiça racial no curso. Uma petição assinada por quase duas mil pessoas pede sua demissão, acusando-a de racista. A professora nega e alega que apenas descansava as vistas olhando momentaneamente para baixo quando a foto foi feita.

No começo de junho, um migrante palestino, dono de uma rede de padarias que emprega 200 pessoas em Minnesota, se tornou alvo depois de serem encontrados — e divulgados — na internet posts racistas e antissemitas de sua filha, adolescente quando os escreveu. Apesar de ter demitido a filha, hoje adulta, da empresa, seus compradores cancelaram os contratos e ele perdeu linhas de crédito. O negócio pode não sobreviver.

Diante do que qualificaram como "atmosfera sufocante", um grupo de 150 jornalistas, intelectuais, cientistas e artistas, considerados progressistas, resolveu publicar, na Harper's Magazine, há duas

8 Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53458452>. Acesso em 15 de setembro de 2020.



semanas, um texto intitulado "Uma carta sobre Justiça e Debate Aberto". Assinada por nomes de peso, como o linguista Noam Chomsky, os escritores J.K. Rowling e Andrew Solomon, a ativista feminista Gloria Steinem, a economista trans Deirdre McCloskey, e o cientista político Yascha Mounk, a carta afirma que "a livre troca de informações e ideias, força vital de uma sociedade liberal, tem diariamente se tornado mais restrita. Enquanto esperávamos ver a censura partir da direita radical, ela está se espalhando também em nossa cultura: uma intolerância a visões opostas, um apelo à vergonha pública e ao ostracismo e a tendência de dissolver questões políticas complexas com uma certeza moral ofusca".

[...]

A resposta à carta dentro do movimento progressista não tardou. Um grupo de jornalistas, artistas e intelectuais acusou os autores da primeira carta de, do alto de seu sucesso profissional e posição confortável no mercado, ignorar as dificuldades de minorias, como negros e população LGBT, no debate público no mundo acadêmico, nas artes, no jornalismo, no mercado editorial.

"Os signatários, muitos deles brancos, ricos e dotados de plataformas enormes, argumentam que têm medo de ser silenciados, que a chamada cultura do cancelamento está fora de controle e que eles temem por seus empregos e pelo livre intercâmbio de ideias, ao mesmo tempo em que se manifestam em uma das revistas de maior prestígio do país", afirmam os signatários do novo documento, intitulado "Uma carta mais específica sobre Justiça e debate aberto". Alguns dos apoiadores do texto preferiram ficar anônimos, citando apenas a instituição em que trabalham, por medo de represálias.

Assim, o cancelamento, que poderia ser instrumentalizado para a discussão madura de temas sociais sensíveis, acaba servindo à cultura do ódio e à disseminação da intolerância, o que pode denotar traços de uma personalidade autoritária por aqueles que a desejam combater. No final das contas, a questão acaba sendo um "acerto de contas", um justicamento com a pessoa, o que tira o foco da discussão das ideias e sobre as mudanças nas estruturas que geram esse tipo de comportamento. Dias depois, com o surgimento de outro cancelado, o assunto cai no esquecimento, movimento natural de um mundo acelerado. Isso sem falar no fato de que o cancelamento, às vezes, acaba dando maior visibilidade à pessoa, o que vai de encontro ao objetivo originalmente pretendido. Vejam o caso do apresentador William Waack, que foi demitido da Rede Globo após o vazamento de um vídeo no qual fazia comentários racistas, e, pouco tempo depois, foi contratado pela CNN.

Por fim, recomendo a leitura do seguinte texto:

Nesse contexto, observa-se que o "Tribunal da Internet" não realiza seus julgamentos com igualdade ou proporcionalidade. Primeiro, porque deixa-se de discutir ideias e passa-se a discutir pessoas ou empresas. Segundo, porque poucos preferem ouvir, entender e formar uma opinião antes de atacar. Terceiro, porque outras pessoas ou empresas envolvidas em situações análogas, por exemplo, não sofrem sanções na mesma intensidade que as "canceladas". Quarto, porque, no mundo virtual, é muito tênue a linha entre a crítica construtiva e o ataque revestido de ofensas.

Apesar dos julgamentos, porém, a cultura do cancelamento também pode gerar um efeito contrário ao pretendido, já que a proporção da exposição faz com que a pessoa ganhe mais visibilidade nas redes sociais



e, a depender de seus próximos passos, acabe transformando a visibilidade do ocorrido a seu favor, fazendo mais sucesso e ganhando mais engajamento. Numa breve analogia, comparar o Direito com o "Tribunal da Internet", seria como se, após a sentença do "cancelamento", o recurso do "cancelado" fosse provido para afastar a condenação.

O que se extrai de interessante desta dicotomia na cultura do cancelamento é que, não apenas comportamentos reprováveis são objeto da onda de boicote, mas também opiniões contrárias sobre determinados temas. E em que pese a liberdade de expressão seja um direito fundamental, isso acontece porque muitos usuários ao se depararem com divergências, ao invés de promoverem um debate saudável, dão lugar à cultura do cancelamento, boicotando pessoas físicas ou jurídicas.

Acontece que, além do mero "cancelamento", os ataques virtuais tornam-se massificados e, por muitas vezes, extrapolam os limites da livre manifestação de pensamento de modo a ensejar, de fato, um linchamento virtual que, mesmo revestido de boa intenção, pode provocar uma propagação de discurso de ódio e ainda, incorrer em crimes como injúria ou difamação. Em situações como esta, o "cancelado" que não encontra formas de se justificar sobre o ocorrido em tempo de reparar sua imagem, acaba por adotar medidas judiciais em face daqueles que propagaram ofensas, divulgaram informações eventualmente falsas e coisas do tipo.

A cultura do cancelamento, portanto, que teve origem em um movimento que promovia denúncia e discussão de temas relevantes, hoje em dia acaba acarretando o descarte do debate saudável, impondo, de forma imediata, a sanção ao agente, sem viabilizar a defesa prévia ou eventual aprendizado, uma vez que não possui viés de educar e reintegrar, mas apenas de excluir. E ainda que tal movimento tenha maior relevância quando nos referimos a pessoas ou empresas de notoriedade pública, é certo que atinge pessoas anônimas, que, a partir de eventual erro ou conduta reprovável, podem ser igualmente "canceladas" por um grupo de amigos, colegas de trabalho, etc.

A pergunta que fica diante de tantos julgamentos e sanções imediatamente impostas sem a possibilidade de defesa ou reflexão é: como seria se todos fossemos "cancelados" por um erro ou conduta reprovável, já que estamos em constante evolução? Na mesma medida em que a imperfeição é reconhecida, é crescente o número de pessoas que optam por não compartilhar seus pensamentos sobre determinados temas por receio do cancelamento e dos danos - psicológicos, de imagem e patrimoniais - dele decorrentes.

Nas palavras do atual Ministro Alexandre de Moraes: a liberdade de expressão constitui um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática e compreende não somente informações consideradas como inofensivas, indiferentes ou favoráveis, mas, também, aquelas que possam causar transtornos, resistência, inquietar pessoas, pois a democracia somente existe a partir da consagração do pluralismo de ideia e pensamento, da tolerância de opiniões e do espírito aberto ao diálogo. E, na direção inversa ao entendimento defendido pelo Supremo Tribunal Federal, inclusive no histórico julgamento da ADPF 130, percebe-se que, pessoas com medo da cultura do cancelamento virtual deixam de colaborar com a democracia.

Com isso, o propósito de exposição de temas para que haja liberdade de comunicação social, garantindo-se a livre circulação de ideias e informações de forma pluralista, na realidade, tornou-se uma ferramenta de autocensura ao invés de promover o debate, como a contranarrativa. A cultura do cancelamento, na forma como praticada atualmente, afeta, ainda que de maneira indireta, o exercício dos direitos da livre manifestação de pensamento e da liberdade de expressão, obstando o debate de questões que, de forma saudável, traria benefícios para a sociedade e ainda promoveria o progresso intelectual e a evolução pessoal de cada um.



Bem, ficamos por aqui. Uma excelente produção textual para vocês.

Tema 19

Inédita

TEXTO I

Papa Francisco: Falta de solidariedade e individualismo são os responsáveis da pobreza no mundo

O Papa Francisco foi à conferência da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) sobre a subnutrição, pedir mais solidariedade e dignidade para os pobres do mundo.

O sumo pontífice da Igreja Católica apelou à unidade das nações e à unidade de esforços para combater aquilo a que chama “o paradoxo da abundância” da sociedade atual, uma sociedade em que há comida suficiente para todos, mas nem todos têm comida.

Um fenômeno que resulta da falta de solidariedade e do individualismo...

“A falta de solidariedade – uma palavra que, suspeitamos, queremos, inconscientemente, tirar do dicionário....

...As nossas sociedades caracterizam-se por um crescente individualismo e pela divisão e isto acaba por privar os mais frágeis de uma vida digna e levar a revoltas contra as instituições”.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2018/07/12/internas_educacao,972964/educacao-ead-cresce-133-em-mais-de-um-ano-apos-atualizacao-de-legisla.shtml. Acesso em: 30 de abril de 2020.

TEXTO II

Polícia de SP prende dois homens que mataram ambulante no metrô

A polícia de São Paulo prendeu os dois homens que espancaram até a morte um ambulante, dentro de uma estação do metrô, no dia de Natal.

A prisão dos responsáveis pela morte do ambulante Luiz Carlos Ruas, o Índio, levou uma multidão revoltada à delegacia que apura crimes dentro do metrô. A passagem deles provocou tumulto. A polícia reagiu.

Ricardo Martins do Nascimento foi preso na noite desta terça-feira (27), em Itupeva, no interior de São Paulo, e levado para a capital. Na chegada, quase foi agredido. Ele falou sobre o crime. “Cara, a gente estava alterado. Cachaça... Não justifica, não. O certo é a gente pagar”, diz Ricardo.

Ricardo e o primo, Alípio Rogério dos Santos, aparecem nas imagens das câmeras do metrô espancando até a morte o ambulante conhecido como Índio. Ele tentou defender dois homossexuais, também agredidos pelos dois rapazes. [...]

Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/12/policia-de-sp-prende-dois-homens-que-mataram-ambulante-no-metro.html>. Acesso em: 30 de abril de 2020.



TEXTO III

No dia 9 de junho de 2017, em São Bernardo do Campo (SP), o tatuador Maycon Wesley Carvalho dos Reis, 27 anos, e seu vizinho Ronildo Moreira de Araújo, 29 anos, capturaram um jovem de 17 anos, dependente químico, alegando que ele estaria furtando uma bicicleta. Os dois subjugaram o rapaz e, como forma de “punição” pela tentativa de furto, tatuaram em sua testa a frase “sou ladrão e vacilão”. O ato foi registrado por Maycon em um vídeo, que logo começou a circular viralmente nas redes sociais.

Este episódio ocorre em um contexto de uma série de linchamentos que têm aparecido na mídia brasileira nos últimos anos. Apesar de diferir dos episódios de linchamento em um aspecto importante, o de ser uma punição sumária executada na praça pública por uma turba, o caso guarda uma característica comum com estes: são casos de particulares “fazendo justiça com as próprias mãos”, à revelia dos mecanismos estatais de regulação social e marcados pela violência. Ademais, apesar de não ter ocorrido fisicamente na praça pública, o registro em vídeo por parte de um dos perpetrantes garantiu que a punição tenha sido vista na “praça pública virtual” da internet.

Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/72342/tres-conceitos-juridico-sociologicos-para-a-compreensao-do-caso-da-tatuagem-na-testa>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

TEXTO IV

Combate ao coronavírus estimula solidariedade e união no Brasil e no mundo

Enfrentamento à pandemia está despertando o altruísmo para enfrentar medo, solidão e o tédio na quarentena.

O combate ao coronavírus está estimulando diversas ações de solidariedade e união pelo país e pelo mundo – algumas, repletas de humor.

Com o isolamento, a população menos propensa à doença está se oferecendo para ajudar idosos, um dos principais grupos de risco da Covid-19, ou até distribuir álcool em gel para quem precisar. Outras pessoas que enfrentam quarentena pelo mundo usam a criatividade para estimular a união e o senso de coletividade.

O G1 mapeou algumas destas ações. Entre as iniciativas, estão:

- 'Adoção' de idosos para aplacar a solidão
- Aplausos a equipes médicas
- Bingo na janela
- Cantoria nas janelas e varandas
- Compra para idosos
- Distribuição de álcool em gel
- Exercícios físicos da laje e varandas

Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/19/combate-ao-coronavirus-estimula-solidariedade-e-uniao-pelo-pais-e-pelo-mundo.ghtml>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

A partir da leitura dos textos motivadores, redija um texto dissertativo sobre a **importância da solidariedade em tempos de crise**.



Abordagem teórica

1. O individualismo no mundo moderno

Segundo o dicionário Michaelis, **solidariedade** pode ser definida como: *1 Qualidade, característica, condição ou estado de solidário. 2 Sentimento de amor ou compaixão pelos necessitados ou injustiçados, que impele o indivíduo a prestar-lhes ajuda moral ou material. 3 Ligação recíproca entre duas ou mais coisas ou pessoas, que são dependentes entre si. 4 Responsabilidade recíproca entre os membros de uma comunidade, de uma classe ou de uma instituição 5 Apoio em favor de uma causa ou de um movimento. 6 Compartilhamento de ideias, de doutrinas ou de sentimentos. [...] 9 SOCIOL Estado ou situação de um grupo que resulta do compartilhamento de atitudes e sentimentos, tornando o grupo uma unidade mais coesa e sólida, com a capacidade de resistir às pressões externas.*

Por sua vez, o **individualismo** é a doutrina em que se valoriza a autonomia individual, em detrimento da hegemonia da coletividade. Desde já, esclareça-se que o individualismo não se confunde com egoísmo, amor exagerado aos próprios interesses a despeito dos de outrem.

Em curta síntese, o individualismo é a capacidade de exercer a própria individualidade, a capacidade de se reconhecer como unidade. O individualismo considera legítimo cuidar dos próprios interesses — o que não significa, em hipótese alguma, prejudicar os direitos daqueles que nos cercam.

É graças ao individualismo que os indivíduos são capazes de julgar o que é certo ou errado de forma independente do que determina o Estado. Devemos a ele nossa liberdade: liberdade de culto (e de não cultuar), liberdade de expressão, direitos que protegem minorias contra a tirania das majorias, entre outros. Em suma, o individualismo implica a capacidade de conduzir as nossas vidas como bem entendermos — desde que não violemos a liberdade de outrem.

Segundo o sociólogo Zigmunt Bauman (2001), a modernidade é época em que **a vida social passa a ter como centro a existência do individualismo**. Segundo o renomado autor, nesse período, o homem moderno nega toda ligação de subordinação com as instituições sociais, abdicando assim das crenças, regras e valores impostas por elas, guiando-se na sua visão pessoal⁹. Assim, sob a influência do individualismo, o homem se desvincula da sociedade e do Estado e torna-se ser capaz de tomar as suas decisões conforme as suas próprias convicções.

Por exemplo, o fato de os indivíduos terem perdido a capacidade de refletirem e de formarem as suas próprias convicções foi um elemento que propiciou o surgimento e crescimento dos regimes totalitários, pois a noção de certo e errado passa a ser exterior aos indivíduos; passa a ser ditado, por exemplo, pelo Estado. Você já se perguntou se os funcionários de um campo de concentração que enviaram milhões de

⁹ Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/individualismo-na-modernidade.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2020.



peças ao extermínio nunca pensaram se o que faziam era correto. Que as determinações do Estado poderiam não ser as corretas.

Mas essa é apenas a faceta positiva do individualismo, pois que esse modo de ser social tem seus **efeitos colaterais**.

O individualismo, potencializado pelos recentes avanços tecnológicos, tem gerado um quadro de imenso **isolacionismo** dos indivíduos. Atualmente, várias necessidades básicas podem ser saciadas sem qualquer interação social. O ser humano pode se alimentar pelo uso de aplicativos, relacionar-se virtualmente (amorosamente inclusive), entregar as suas tarefas laborais de forma remota, sem ter nenhum contato com outras pessoas, e por aí vai.

Além disso, a necessidade de intensa produtividade e de alcançar o sucesso profissional a todo custo faz com que os indivíduos passem a perseguir os seus ideais de forma isolada, concebendo atividades em equipe como perda de tempo, fato que contribui para que os indivíduos percam a noção de comunidade. Esse sucesso profissional está diretamente relacionado a quanto as pessoas ganham e se materializa com a aquisição de bens, muitas vezes, desnecessários, a serem ostentados nas redes sociais.

O sociólogo Zygmunt Bauman observou que uma das características do período atual é a **substituição da ideia de coletividade e de solidariedade pelo individualismo**. Num contexto de busca da felicidade como um objetivo estritamente individual, observa-se a fragilização e a instantaneidade das relações afetivas, formadas por laços momentâneos e volúveis, relegados, muitas vezes, a mercadorias descartáveis.

Em vez da vida em comunidade e do contato interpessoal e próximo, privilegiam-se as interações virtuais, que podem ser desfeitas com a mesma facilidade com que são estabelecidas. Essa fluidez, instabilidade, volubilidade são as características que inspiraram a denominação do período atual como "**modernidade líquida**". Segundo o próprio Bauman: " Vivemos em tempos líquidos. Nada foi feito para durar".

Esse isolamento aparenta ser contraditório à globalização, cuja proposta é aproximar as pessoas com a tecnologia e novas formas de comunicação. No entanto, observa-se que a mesma tecnologia que aproxima é a que afasta. Potencializa esse fenômeno o advento da internet e das redes sociais, as quais enfraquecem a vida em comunidade e o contato entre indivíduos, bem como reduzem o grau de empatia humana, pela frieza em que se travam as relações interpessoais. O consumismo recrudescer essa situação: ligado ao ideal de felicidade em que é necessário ter para "ser", isola os indivíduos e reduz os não consumidores a uma situação de invisibilidade.

Em "**Cegueira Moral**", Bauman defende que o mal não está restrito às guerras ou às circunstâncias nas quais pessoas atuam sob condições de coerção extrema. Hoje ele se revela com frequência na insensibilidade diária diante do sofrimento do outro, na incapacidade ou recusa de compreendê-lo e no desejo de controlar a privacidade alheia. A maldade e a miopia ética se ocultam naquilo que a humanidade considera comum e banal na vida cotidiana.

É um conceito que se aproxima ao de "**Banalidade do Mal**", de **Hanna Arendt**. Na obra "Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal", Hanna Arendt destaca a indiferença ao sofrimento das



vítimas do holocausto pelos nazistas, uma analogia que pode ser usada por você com relação aos tempos presentes.

2. A solidariedade em tempos de crise

Nos momentos de crise, as mazelas sociais ficam mais expostas, a imensa desigualdade social fica mais evidente. A tendência para os que têm menos é terem menos ainda. São inúmeros exemplos os que eu poderia citar para consubstanciar o argumento mencionado.

Vejamos a questão do ensino a distância na época da pandemia: enquanto os pais de alunos de escolas particulares discutem se houve/haverá perda de qualidade com o ensino à distância para suprir a impossibilidade do ensino presencial, os pais de alunos de escola pública discutem como irão suprir a perda da refeição que era feita nas escolas. Isso sem falar na imensa massa de excluídos digitais, seja pela impossibilidade financeira de adquirir equipamentos, seja por morarem em locais onde não há cobertura e infraestrutura que permita o acesso. Óbvio que isso não é uma regra, mas ilustra como as crises podem ser diferentes a depender do poder econômico do indivíduo.

Outro exemplo é a questão do emprego. As pessoas com menor nível de escolaridade tendem a ter empregos temporários ou informais, mais instáveis e, portanto, suscetíveis a eventos extremos. Assim, quem mais precisa garantir a sua renda é quem menos condições tem de fazê-lo.

Portanto, é em momentos como esses, em que as pessoas se encontram mais fragilizadas, que se faz necessária a maior presença da solidariedade na sociedade, principalmente como forma de suprir lacunas na atuação do Estado como garantidor de direitos mínimos aos seus cidadãos.

Não obstante o fato de, em maior ou menor grau, todos enfrentarem maiores dificuldades nas crises, observa-se que, nesses momentos, o espírito altruísta¹⁰ se manifesta. Assim, ao se considerar os efeitos provocados pela pandemia que a humanidade atravessa, pode-se considerar que as pessoas não têm assistido com indiferença às dificuldades enfrentadas pelos mais necessitados.

As feridas abertas no seio social têm servido de estímulo para que as pessoas rompam a inércia e passem a olhar mais para o próximo. A noção da fragilidade e da efemeridade da vida acaba despertando as pessoas e tornando-as mais sensíveis às dores alheias, especialmente as dos que mais precisam.

Assim, o tema solidariedade nos momentos de crise pode ser explorado por você a partir de dois pontos principais: o primeiro é que são momentos em que esse sentimento se faz mais necessário e o segundo é

¹⁰ A palavra altruísmo foi criada por Auguste Comte, filósofo francês, que, em 1830, a caracterizou como o grupo de disposições humanas, sejam elas individuais ou coletivas, que inclinam os seres humanos a se dedicarem aos outros. Portanto altruísmo não é sinônimo de solidariedade como muitos pensam, é um conceito muito mais amplo. É um conceito que se opõe ao egoísmo (inclinação específica e exclusivamente individual).

Na definição comtiana, o altruísmo enquanto virtude é a atitude de viver para os outros. Para que uma pessoa seja altruísta, precisa dominar os instintos egoístas, que existem naturalmente em todo o ser humano, fazendo emergir as inclinações benévolas, que também estão sempre presentes.

Fonte: <https://www.infoescola.com/psicologia/altruismo/>. Acesso em: 04/05/2020.



que, mesmo que todos estejam passando por momentos difíceis, a sociedade não se mantém inerte face aos problemas alheios.

Caso queira utilizar um argumento de autoridade, você pode empregar as ideias de **Immanuel Kant**, o qual, por meio do seu "**Imperativo Categórico**", criou alguns mandamentos que deveriam servir como uma direção para as atitudes humanas. De acordo com o Imperativo Categórico, os indivíduos somente deveriam agir se suas atitudes forem benéficas e adotadas por todos. Um dos seus mandamentos é: " aja apenas de acordo com aquela máxima que você desejaria que se tornasse uma lei universal." Você deseja que a mentira se torne uma lei universal? Então, não minta. Assim, segundo Kant, uma conduta será correta se puder servir de exemplo para toda a humanidade.

Bem, já falei demais. Agora, mão à obra.

Tema 20

TEXTO I

Democracia

Democracia (do grego demos, "povo", e kratos, "autoridade"). Segundo o dicionário Aurélio: "1– Governo do povo; soberania popular; democratismo. 2– Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder." "É o governo do povo, para o povo, pelo povo". "Governo do povo" quer dizer governo com um sentido popular; "para o povo" significa que o objetivo é o bem do povo; "pelo povo" quer dizer realizado pelo próprio povo. Na democracia é o povo quem toma as decisões políticas importantes (direta ou indiretamente por meio de representantes eleitos).

A Democracia surgiu na Grécia, onde o governo era realmente exercido pelo povo, que fazia reuniões em praça pública para tratar de vários assuntos e problemas, era a chamada Democracia Direta. Nesse tipo de democracia, as decisões são tomadas em assembleias públicas. Com o crescimento das populações, as reuniões em praça pública ficaram impossíveis de acontecer, surgiu, então, um novo tipo de Democracia, a Democracia Representativa, na qual o povo se reúne e escolhe – por meio do voto – os representantes que irão tomar decisões em seu nome. Esse é o processo mais comum de tomada de decisão nos governos democráticos, também chamado de mandato político. A democracia se opõe à ditadura e ao totalitarismo e reúne princípios e práticas que protegem a liberdade do ser humano.

Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia>. Acesso em 13 de abril de 2018. (com adaptações)

TEXTO II

Por que a democracia está em crise?

O descontentamento com o funcionamento da democracia e o crescimento do radicalismo político se tornaram fenômenos globais, apontaram pesquisas divulgadas no mês passado pelo Pew Research Center e pelo Instituto Ipsos, que ouviram pessoas em 27 países. No Brasil, a imensa maioria (83%) se diz insatisfeita



com o funcionamento da democracia, segundo o Pew Research, e a polarização no País é recorde: 32% dos brasileiros acreditam que não vale a pena tentar conversar com pessoas que tenham visões políticas diferentes das suas, de acordo com o Ipsos.

Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/13/interna_politica,1053274/por-que-a-democracia-esta-em-crise.shtml. Acesso em: 14 de maio de 2020.

A partir da leitura dos textos de motivadores, redija um texto dissertativo sobre **a crise no sistema democrático brasileiro**, relacionando-a com a corrupção e a polarização.

Abordagem teórica

1. A relação entre a corrupção e a crise no sistema democrático

Antes de mais nada, é necessário entender do que se trata cada um desses institutos. O regime democrático ou, simplesmente, **democracia** é aquele em que a **soberania é exercida igualmente por cada integrante do povo**. Nesse regime, busca-se a preservação das liberdades individuais e a igualdade de tratamento entre os seus cidadãos. O Estado Democrático é estruturado com o intuito de conferir a seus cidadãos os direitos fundamentais à cidadania, estruturados, basicamente, em **direitos civis, sociais e políticos**.

Os **direitos civis** dizem respeito à liberdade de locomoção, expressão, associação e reunião, consagrados no art. 5º da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Os **direitos sociais**, previstos no art. 6º da CF/1988, dizem respeito às garantias relacionadas a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança. Por fim, os **direitos políticos** envolvem a garantia de os cidadãos participarem da vida política do país, exercido, principalmente, pela capacidade de votar e ser votado.

Em democracias modernas, a soberania popular se dá por meio dos representantes eleitos pelo povo. As eleições e decisões legislativas, geralmente, são tomadas por maioria de votos, de forma que, pelo menos em sua concepção ideal, as políticas reflitam a vontade e os interesses dos cidadãos. Essa é a chamada **democracia representativa**, na qual as funções estatais de governar e legislar são exercidas por um grupo de representantes eleitos por períodos certos, direta ou indiretamente, pelos próprios cidadãos.

Nas últimas três décadas do século XX, importantes mudanças políticas ocorreram em todo o mundo, tornando as instituições de muitos sistemas políticos existentes mais próximas dos ideais de democracia. Mas, como aconteceu em outros momentos da história, esses processos de democratização, mesmo quando bem-sucedidos, sempre ocorriam através de avanços e retrocessos.

No atual momento, vem sendo verificada a **diminuição da confiança na política, nos partidos políticos, parlamentares e governos**, o que leva a uma **descrença no sistema representativo** e, em última análise, na **própria democracia**. Se a população perde a crença nos mecanismos que asseguram a existência da democracia, a tendência é que ela desmorone.



Segundo do instituto Ipsos, no Brasil, apenas **6% dos eleitores se sentem representados pelos políticos** em quem já votaram e **só metade da população considera que esse é o melhor regime para o Brasil**, e um terço afirma que não é¹¹.

Segundo instituto chileno Latinobarómetro, em pesquisa sobre democracia envolvendo os países da América-latina¹²:

- 1% dos brasileiros acreditam viver numa democracia plena. O Brasil é o último entre os 18 países englobados pelo estudo;
- 3% é a parcela da população que acredita que o governo trabalha pelo bem do povo - 97% dos brasileiros acreditam que se governa para poucos grupos poderosos e para seu próprio benefício;
- 13% é o percentual dos brasileiros que se dizem satisfeitos com a democracia.

Interessante observar o ponto de vista do cientista político Cláudio Couto, em entrevista concedida ao Nexo¹³:

"A qualidade da representatividade no Brasil hoje é baixa, porque temos uma democracia seriamente comprometida pela oligarquização. Apesar de políticos e partidos de fato se enfrentarem de forma acirrada em certos âmbitos, como a disputa por certas agendas econômicas e sociais, existe um espaço de não competição entre eles, voltado à preservação dos interesses corporativos comuns, da classe política como uma categoria profissional. É por isto que a tolerância com práticas corruptas (eufemisticamente chamadas de "não-republicanas") se disseminou nos mais diversos âmbitos, país afora. [...]"

Creio que esse processo de oligarquização é produto de uma série de fatores. Primeiro, como já apontava no início do século passado o sociólogo alemão Robert Michels, de uma tendência oligárquica presente em toda organização política, em especial as representativas. Isso ocorre porque os que ocupam posições de mando tendem a desenvolver interesses próprios, inerentes à lógica da organização que lideram e inseparáveis das posições que ocupam.

Mesmo que sejam de partidos rivais, a condição comum de membros da classe política os une. Estudiosos atuais dos partidos políticos, mesmo estudando democracias mais longevas e consolidadas que a nossa, detectam esse fenômeno, que resulta no que chamam de 'partidos cartel', organizações rivais eleitoralmente, mas aliadas no que diz respeito à defesa de interesses corporativos comuns. Num contexto como o brasileiro, de uma histórica confusão entre a esfera pública e a privada, corrupção estrutural na administração pública e campanhas eleitorais cada vez mais caras, a tendência oligárquica ganha ingredientes adicionais. E como as campanhas se tornaram cada vez mais caras desde a redemocratização, levando a uma seleção adversa dos políticos (pois tornaram-se mais competitivos os mais aptos a obter recursos seja como for), produziu-se um cenário como o atual."

¹¹ Disponível em: <https://exame.com/brasil/ipsos-94-dos-eleitores-nao-se-veem-representados/>. Acesso em 27 de julho de 2020.

¹² Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em 27 de julho de 2020

¹³ Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/entrevista/2017/08/19/Quais-os-problemas-de-representa%C3%A7%C3%A3o-na-democracia-brasileira>. Acesso em 27 de julho de 2020.



É quase consensual que um dos grandes motivos para o descrédito da democracia é a **corrupção**. Quando a democracia se deteriora, espera-se um aumento da corrupção devido à erosão de freios e contrapesos institucionais, redução da independência do Poder Judiciário e restrição frequente do espaço para ações da sociedade civil e direitos políticos dos cidadãos.

Num fluxo reverso, quando a corrupção não é combatida, dificulta-se o crescimento e fortalecimento da democracia. Isso porque, o desvio dos recursos provocados pela corrupção impede a capacidade de os cidadãos usufruírem plenamente os direitos políticos e sociais. Uma população menos esclarecida sobre seus direitos gera condições para a estabilização da corrupção na sociedade, criando uma relação de causa-efeito entre ambas.

Em democracias fracas, onde a corrupção é contumaz, os políticos têm fortes incentivos para, a qualquer custo, tentarem se perpetuar no poder, nem que para isso seja necessário praticar atividades ilícitas. Para assegurar a impunidade, podem tentar enfraquecer os controles democráticos, por exemplo, restringindo a competição política por meio de fraude eleitoral, enfraquecendo as instâncias de fiscalização e punição (exemplo: Ministério Público e Poder Judiciário) ou aprovando leis que venham a blindá-los. Assim, a corrupção, além de difundir um sentimento de descrédito na população acerca da democracia, corrói os seus instrumentos de coerção e controle integrantes do sistema democrático.

2. Como a polarização pode comprometer a democracia

A **polarização** pode ser definida como um processo pelo qual a multiplicidade de opiniões ou crenças naturalmente existentes em uma sociedade se alinha cada vez mais ao longo de uma única dimensão. Essas diferenças aglutinam-se em extremos e as pessoas passam a conceber cada vez mais a política e a sociedade em termos de "nós" *versus* "eles", como se não houvesse posições intermediárias. A sociedade fragmenta-se em dois polos: os que se alinham ao lado a que pertencem são indefectíveis, ao passo que os demais, em outro polo, passam a ser endemoniados, vistos como maus, ignorantes ou corruptos.

A intensa polarização na sociedade torna o consenso, a interação e a tolerância cada vez mais tênues. Como efeito colateral, os cidadãos perdem a confiança nas instituições públicas e o apoio à democracia tende a declinar. O fato de a discordância com determinada posição gerar uma guerra contra os que a defendem torna os indivíduos mais permeáveis a condutas pouco democráticas, legitimando o vale-tudo para que as ideias contrárias não reverberem.

Outrossim, num contexto de intolerância, prevalece a emoção em detrimento da razão, o que pode prejudicar o debate político, pautado por ideias e projetos em diferentes setores, como educação, segurança, economia, entre outros. Comprometido o debate, dificulta-se a escolha consciente, questão central num regime democrático.

De acordo com o Instituto Ipsos, no Brasil:



- os principais focos de tensão nas relações são diferenças entre visões políticas (54%), entre pobres e ricos (40%) e religiões (38%)¹⁴;
- 32% dos brasileiros acreditam que não vale a pena tentar conversar com pessoas que tenham visões políticas diferentes das suas¹⁵;
- 39% dos entrevistados brasileiros acreditam que pessoas não mudarão de opinião mesmo com evidências contrárias apresentadas¹⁶;
- 34% concordam com a frase "quem tem visão política diferente de mim não liga para pessoas como eu"¹⁷.

Segundo o professor de Ciência Política da Universidade Harvard Steven Levitsky (autor do *best-seller* "Como as democracias morrem"), um dos fatores que comprometem a democracia é a polarização da sociedade¹⁸:

"A democracia requer que as pessoas com diferentes crenças e visões políticas possam conviver e dialogar em outras esferas da vida, apesar das diferenças. Quando os níveis de polarização são muito altos, a democracia está em perigo. Sempre que olhamos para um político rival e não o vemos como alguém para discordar, mas como um inimigo, uma ameaça para a nação, um criminoso, quando deixamos de tolerá-lo, começamos a contemplar a possibilidade de ações extraordinárias. Quanto mais polarizado um lado é, mais propensos estamos a tolerar ou aceitar abusos contra ele. Mais dispostos estamos a aceitar que o líder do outro partido seja preso, exilado, ou que um jornal de oposição seja fechado. Esse nível de polarização está muito evidente no Brasil e nos Estados Unidos, e é o prenúncio de uma crise democrática".

As sociedades polarizadas tornam as democracias vulneráveis. Frequentemente, enfraquece-se o respeito a normas democráticas, alimenta-se o descontentamento público com partidos políticos, exacerba-se a intolerância e a discriminação, diminui-se a confiança social e aumenta-se a violência em toda a sociedade.

3. Como a sociedade pode auxiliar no fortalecimento da democracia

Primeiramente, a argumentação mais imediata vai no caminho do combate às principais causas da deterioração da democracia, quais sejam: a corrupção e a polarização da sociedade.

No que tange à corrupção, vale uma série de medidas, tais como: exercer o controle social, principalmente na fiscalização dos governantes; organizar-se em torno de associações, fundações ou congêneres para exercer seu papel de fiscalização de forma mais estruturada e com maior alcance; ser criterioso no exercício

¹⁴ Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/mundo-dividido>. Acesso em 27 de julho de 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,radicalismo-politico-no-brasil-supera-media-global,70002790753>. Acesso em 27 de julho de 2020.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/05/13/interna_politica,1053274/por-que-a-democracia-esta-em-crise.shtml. Acesso em 27 de julho de 2020.



do voto; utilizar os mecanismos da democracia participativa: organizar-se para proposição de projetos de iniciativa popular, participar de audiências e consultas públicas, entre outros; cumprir com seus deveres e exigir os seus direitos, ou seja, exercer a cidadania; e difundir uma cultura de baixa tolerância com a corrupção, o que passa, necessária e primordialmente, por uma autoavaliação das condutas individuais.

No que se refere à polarização, os indivíduos devem cultivar a tolerância a partir do entendimento da importância da diversidade de ideias e da construção do consenso como forma de construção de uma sociedade mais madura e democrática. Sem o respeito à opinião alheia e sem a busca da resolução dos conflitos, naturais em qualquer sociedade, por meio do diálogo, não há que se falar em democracia.

Deve-se exercer com maior intensidade a empatia, partindo da ideia que o fato de as pessoas terem diferentes visões de mundo não as faz piores. É fundamental exercitar a capacidade de conciliação, de não responder ao ódio com mais ódio. Não obstante o desconforto, as pessoas devem deixar romper as suas "bolhas", sejam elas virtuais ou não, e se dispor a ouvir o outro, ainda que discordem do conteúdo.

Ademais, podem ser citados diversos outros pontos, como o combate à impunidade e a defesa da imprensa livre, instrumento importante na fiscalização, transparência e divulgação da realidade política.

Essas são algumas ideias, sem a pretensão de serem exaustivas ou absolutas. Boa prática a todos vocês..

Tema 21

Ciência (do latim *scientia*, traduzido por conhecimento) refere-se a qualquer conhecimento ou prática sistemáticos. Em sentido estrito, ciência refere-se ao sistema de adquirir conhecimento baseado no método científico bem como ao corpo organizado de conhecimento conseguido através de tais pesquisas.

Ciência, tecnologia e inovação são fundamentais para o avanço da sociedade. A ciência permite à humanidade compreender um pouco mais sobre a natureza. É importante na nossa vida pois nos ajuda a ter uma qualidade de vida melhor, uma vez que através dela muitas doenças foram eliminadas, e possibilita avanços na saúde, alimentação, energia e em outros.

A ciência está mais presente do que imaginamos nas pequenas coisas do cotidiano. Podemos começar com o desenvolvimento tecnológico. Seus benefícios estão presentes em toda a nossa rotina, facilitando serviços diários e atividades que, hoje, não imaginamos de outra forma.

A ciência, a tecnologia e a inovação (CT&I) "são, no cenário mundial contemporâneo, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda e a democratização de oportunidades" (PACTI, 2007, p. 29).

De acordo com a UNESCO, "a ciência é o conjunto de conhecimentos organizados sobre os mecanismos de causalidade dos fatos observáveis, obtidos através do estudo objetivo dos fenômenos empíricos"; enquanto "a tecnologia é o conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos diretamente aplicáveis à produção ou melhoria de bens ou serviços".



Tecnologia é um produto da ciência e da engenharia que envolve um conjunto de instrumentos, métodos e técnicas que visam à resolução de problemas. É uma aplicação prática do conhecimento científico em diversas áreas de pesquisa.

Inovação é a ação ou o ato de inovar, ou seja, modificar antigos costumes, manias, legislações, processos etc.; efeito de renovação ou criação de uma novidade. O conceito de inovação é bastante utilizado no contexto empresarial, ambiental ou mesmo econômico.

Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/82237/a-importancia-da-ciencia-tecnologia-e-inovacao-para-a-sociedade>. Acesso em: 25 de maio de 2021. (Com adaptações)

A crise de valores no mundo contemporâneo

Nos tempos modernos, experimentamos uma inversão de valores morais, que são o fundamento da ética. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia foi tão grande, rápido e intenso que assumiu dimensões inimagináveis. Diante desse espantoso e vertiginoso desenvolvimento, o homem foi empalidecendo, perdendo sua posição central.

O trabalho alienado, que transforma o trabalhador em mais uma mercadoria, fez que o homem perdesse sua capacidade de ser o sujeito das situações. Manipulado no universo do trabalho, manipulado no mundo do consumo, o homem pode estar perdendo sua humanidade.

Na sociedade capitalista, o dinheiro é que ocupa o centro das atenções. Uma pessoa vale pelo dinheiro que possui ou que pode produzir. O psicanalista Erich Fromm caracterizou nossa sociedade como aquela que dá muito mais importância ao ter do que ao ser. Isso mostra que, nos dias de hoje, as pessoas já não têm o ser humano como valor fundamental, mas, sim, o dinheiro, o lucro.

Podemos compreender, assim, alguns fatores aparentemente incompreensíveis: acidentes que acontecem em edificações e matam dezenas de pessoas, porque houve algum tipo de economia na construção ou interesse na destruição; pessoas que morrem em hospitais, porque a verba repassada pelo governo já não atende à ganância dos donos das casas de saúde; investimento de fortunas em projetos mirabolantes, ao passo que parcela enorme da população passa fome, vive nas ruas sem casa, escola, sistema de saúde, sem o mínimo necessário para uma sobrevivência com dignidade.

Quando nos voltamos para o âmbito da ciência, a realidade não é diferente. Com o crescimento da velocidade da produção de conhecimentos científicos, acaba-se por atropelar o ser humano. Se, no princípio, a ciência desenvolvia-se para buscar respostas para os problemas de sobrevivência do homem em um mundo adverso, com o tempo, ela passa a se desenvolver por si mesma, porque o próprio conhecimento se torna um valor a ser perseguido. No processo histórico do desenvolvimento científico e tecnológico, muita coisa foi produzida visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas muita coisa foi produzida segundo outros interesses. A bomba atômica é um lamentável exemplo: longe de melhorar a vida, acabou com a vida de milhares de seres humanos. Isso só foi possível porque, no centro dos valores, já não estava a promoção da vida humana,



mas o lucro e o desenvolvimento do conhecimento, que, por sua vez, pode ser uma ótima forma de gerar dinheiro.

Sílvio Gallo (org.). Ética e cidadania: caminhos da filosofia.
Campinas: Papirus, 2000, p. 106-7 (com adaptações).

A partir da leitura dos textos de apoio e do seu conhecimento de mundo, elabore um texto dissertativo-argumentativo em que você discuta o seguinte tema: **A importância da ciência num contexto constante de questionamento dos seus resultados e contribuições**. Selecione fatos e argumentos, relacionando-os, de modo coeso e coerente, para construir seu ponto de vista.

Abordagem teórica

1. Ciência

Segundo a Unesco, “a **ciência** é o conjunto de conhecimentos organizado sobre os mecanismos de causalidade dos fatos observáveis, obtidos através do estudo objetivo dos fenômenos empíricos”. Por sua vez, “a **tecnologia** é o conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos diretamente aplicáveis à produção ou melhoria de bens ou serviços”.

Assim, a ciência está mais ligada à tarefa de descrever, compreender, explicar e prever os fenômenos, assim como as relações existentes entre as características desses fenômenos. Já a tecnologia refere-se à aplicação prática da ciência e está associada, portanto, aos impactos econômicos e sociais sobre uma comunidade que decorrem da aplicação de novos materiais, novos processos ou novos produtos. Desde uma simples lâmpada, até um computador complexo — tudo isto são tecnologias feitas pelo homem baseadas no conhecimento científico básico.

A ciência gera soluções para a vida cotidiana e nos ajuda a responder aos grandes mistérios do universo. Tem um papel específico, bem como uma variedade de funções em benefício da nossa sociedade: **criar novos conhecimentos, melhorar a educação, aumentar a qualidade de vida, ampliar nossa visão de mundo e reduzir as desigualdades sociais a partir de inovações**.

O papel da ciência no desenvolvimento humano é inquestionável e ocorre nas mais diferentes dimensões. Contribui para garantir uma vida mais longa e saudável, fornece remédios para curar doenças, alivia dores e sofrimentos, ajuda a fornecer água para nossas necessidades básicas, aumenta a produtividade da agricultura, fornece energia e proporciona entretenimento.

A ciência afeta a todos, 24 horas por dia: seu despertador digital, a previsão do tempo, o asfalto em que dirige, o ônibus em que anda, seu telefone celular, os antibióticos que tratam sua dor de garganta, a água limpa que vem da sua torneira e a luz que você apaga no final do dia foram todas trazidas a você pelos avanços científicos.

Você consegue imaginar a sua vida sem **eletricidade**? Dos estudos de Benjamin Franklin sobre estática e relâmpagos nos anos 1700, à primeira bateria de Alessandro Volta e à descoberta-chave da relação entre eletricidade e magnetismo, a ciência tem constantemente construído nossa compreensão da eletricidade,



que hoje carrega nossas vozes através das linhas telefônicas, entretenimento para as nossas televisões e mantém as luzes acesas.

E sem a **medicina moderna**? No final dos anos 1700, Edward Jenner mostrou, pela primeira vez de forma convincente, que a vacinação funcionava. Em 1800, cientistas e médicos estabeleceram a teoria de que muitas doenças são causadas por germes. E, na década de 1920, um biólogo descobriu o primeiro **antibiótico**. Desde a erradicação da varíola até a prevenção de deficiências nutricionais e tratamentos bem-sucedidos para infecções antes mortais, o impacto da medicina moderna na saúde global tem sido poderoso. Na verdade, sem a ciência, muitas pessoas vivas hoje teriam morrido de doenças que agora são facilmente tratadas.

Enfim, são inúmeros exemplos: você pode falar também da **Revolução Verde**. Na década de 1940, os biólogos começaram a desenvolver variedades de alto rendimento de milho, trigo e arroz. Tais alimentos, quando combinados com novos fertilizantes e pesticidas desenvolvidos por químicos, tiveram um aumento drástico na quantidade que poderia ser colhida em um único campo, dando início à Revolução Verde. Essas tecnologias baseadas na ciência desencadearam mudanças marcantes na agricultura, aumentando maciçamente a quantidade de alimentos disponíveis para alimentar o mundo e, simultaneamente, transformando a estrutura econômica das práticas agrícolas.

A ciência **amplia a nossa visão de mundo e fornece insumos para que tomemos a melhor decisão**. Sobre o assunto, destaco o interessante fragmento¹⁹:

A ciência tem implicações para as questões que enfrentamos todos os dias, e embora a ciência não determine qual opção é a mais acertada, ela dá-nos conhecimento e informação importante para as nossas decisões. Lavar ou não lavar. Cento e setenta anos atrás, a lavagem das mãos não era um ritual de todos os dias — mesmo para os médicos que trabalhavam na morgue ou na maternidade! No entanto, desde então, os biólogos desenvolveram a teoria microbiana da doença, e a investigação mostrou que a lavagem das mãos evita a propagação de infecções. Um estudo de 2005 descobriu que promover a lavagem das mãos entre as crianças em regiões de baixos rendimentos poderia reduzir a incidência de doenças como a pneumonia por cinquenta por cento. Apesar de lavar as mãos poder parecer hoje em dia um simples hábito, é tão comum apenas porque o conhecimento científico tem realizado os seus benefícios.

Além disso, assim como faz em nível pessoal, a ciência **influencia a formação de decisões políticas**, o que acaba influenciando a vida de uma infinidade de pessoas. Pode ser usada para **reduzir a desigualdade social**, na medida em que a ciência pode contribuir para tornar mais acessíveis alimentos, medicamentos, meios de transporte, insumos, entre outros

Com a pandemia da Covid-19, o papel da ciência passou a ser mais discutido, principalmente, pela ansiosa busca pela vacina e pela polêmica sobre a eficácia do tratamento precoce para a doença. Nesse contexto,

¹⁹ Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/82237/a-importancia-da-ciencia-tecnologia-e-inovacao-para-a-sociedade>. Acesso em: 28 de maio de 2021.



cresceu a confiança da sociedade na ciência: segundo **pesquisa** da Edelman Trust Barometer²⁰, sobre a "Confiança e o Coronavírus", **85% dos entrevistados** disseram que precisam ouvir mais os cientistas e menos os políticos. No **Brasil**, essa porcentagem foi de **89%**²¹.

Apesar de todos os avanços, **há vozes fortes contra a ciência** cada vez ganhando mais espaço. Não que seja errado duvidar ou discutir os avanços científicos, contudo há uma grande diferença entre duvidar cientificamente e duvidar simplesmente porque a informação não se encaixa no conceito de mundo do ouvinte. Essa temática se relaciona aos conceitos de **negacionismo científico**²² e pós-verdade²³, tão em voga atualmente.

Ideias científicas não são crenças. O método científico é a principal ferramenta que os cientistas possuem para desenvolver o conhecimento. Este se embasa no ceticismo, na observação e na experimentação para formar conclusões. Depois de uma série de passos para confirmar sua hipótese, o cientista registra suas descobertas em um relatório, o artigo científico que, antes de ser publicado, passa pela revisão por pares, um processo no qual especialistas naquela determinada área checam a solidez do estudo, dos experimentos e das conclusões obtidas²⁴. Ou seja, até se chegar à publicação de um estudo, há um longo caminho a ser percorrido. O método científico trabalha com repetidos experimentos, com a refinação de resultados e um rigoroso processo de revisão.

Devido a esse rigor metodológico, fica claro que o **método científico não se confunde com opinião**. A dicotomia entre os terraplanistas e os globalistas, muitas vezes, apresenta-se como algo que depende da opinião de cada um, quando, na verdade, a questão se resume a uma abundância de evidências de um lado e uma afirmação sem nenhum tipo de embasamento concreto do outro.

Além disso, a ciência tem suas **limitações**. Muito se fala que a ciência muda de posicionamento com frequência, afinal alguns estudos acabam superando entendimentos anteriores. Veja-se, por exemplo, os casos do ovo, café, entre outros, que já foram vilões e "mocinhos" várias vezes. Nesse ponto, é necessário lembrar que cientistas mudam de opinião o tempo todo porque não trabalham com certezas a princípio – o seu trabalho só é possível através da dúvida e da incerteza. Se novas evidências são encontradas que contradigam as ideias que se tinha de algum fenômeno, os cientistas podem mudar seu posicionamento. Se um cientista formula uma explicação melhor ou obtém evidências de que a explicação predominante estava errada, as ideias precisam ser mudadas.

²⁰ A pesquisa foi feita entre 6 e 10 de março de 2020, por sondagem *on-line* em 10 países: África do Sul, Alemanha, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. Foram 10 mil entrevistados (1.000 por país) e todos os dados têm representatividade nacional em termos de idade, região e gênero. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

²¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/pandemia-do-coronavirus-faz-crescer-confianca-na-ciencia-indica-pesquisa-24361269>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

²² É a prática de negar ou se recusar a aceitar uma realidade comprovada cientificamente.

²³ É quando fatos objetivos e informações verdadeiras têm menos influência que os apelos às emoções e às crenças pessoais.

²⁴ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/05/Como-funciona-o-m%C3%Agtodo-cient%C3%ADfico.-E-por-que-ele-%C3%Ag-diferente-de-opini%C3%A3o>. Acesso em: 28 de maio de 2021.



A ciência também representa uma série **de riscos**.

A ciência **não está imune à má-fé**, visto que já deu embasamento a teorias que geraram exclusão e sofrimento em diversos momentos históricos. Exemplo disso são as teorias deterministas, nazistas e racistas do final do século XIX, as quais deram amparo a políticas de eugenia e extermínio.

A ciência também não está imune aos **interesses econômicos**. Cresceu o contingente de pessoas para quem os cientistas são indivíduos que servem a grupos econômicos e produzem conhecimento em áreas nem sempre desejáveis²⁵. Caso você tenha repertório, pode relacionar isso à "razão instrumental", termo cunhado pela Escola de Frankfurt.

Nessa seara, a questão do conflito de interesses em pesquisas científicas é algo delicado. Por exemplo: no desenvolvimento de um novo produto, a pesquisa para testar a sua eficácia é realizada ou patrocinada pela própria empresa responsável pelo produto. Muitas vezes, tal pesquisa é feita por pesquisadores empregados ou contratados, os quais são, naturalmente, interessados no sucesso financeiro da empresa, de que depende, por exemplo, a manutenção de seus empregos ou a obtenção de futuros contratos e financiamentos.

Por outro lado, há os interesses éticos e profissionais dos pesquisadores, conscientes da sua responsabilidade e da necessidade de seguir os passos conforme a metodologia científica, bem como os interesses da sociedade, beneficiada com o advento do novo produto. Esses múltiplos interesses podem, é certo, convergir – mas também é certo que podem divergir e aí surge o famoso conflito de interesses.

O ideal é que as situações de conflito sejam eliminadas, mas, por vezes, isso não é possível. Muitas vezes, o teste não seria realizado sem o patrocínio da empresa desenvolvedora, privando a sociedade do produto. Além disso, é mais razoável que a própria empresa que vai lucrar com o produto arque com os custos, e não os órgãos bancados por recursos públicos.

A solução mais plausível nesses casos é que não apenas a comunidade dos pesquisadores, mas toda a sociedade seja plenamente informada sobre todas as circunstâncias de realização de um projeto que possa acarretar a existência de potenciais conflitos de interesse, o que permite, em tese, inferir o grau de fidedignidade dos resultados obtidos.

Encerrando a discussão nesse tópico, apresento o seguinte fragmento de texto²⁶:

Os conflitos de interesse desde o ponto de vista do pesquisador podem ser descritos de múltiplas formas. O conflito entre interesse científico e interesse político já foi várias vezes detectado quando um cientista deixou de divulgar resultados de pesquisas por motivos ideológicos ou alegando "razões de Estado". A não convergência entre interesses científicos e econômicos ficam evidentes quando ocorre a apropriação de

²⁵ Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/resistencia-a-ciencia/#info2-cap-a-284>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

²⁶ Disponível em: <https://www.ufrgs.br/bioetica/conflict.htm#:~:text=Os%20conflitos%20de%20interesse%20desde,ser%20descritos%20de%20m%C3%BAltiplas%20formas.&text=A%20forma%20mais%20comum%20deste,uma%20confer%C3%AAn cia%20em%20um%20congresso>. Acesso em: 28 de maio de 2021.



bem público produzido em pesquisas, como no patenteamento de produtos e processos gerados com fundos públicos, quando ocorre a exploração pessoal de resultados institucionais, quando o interesse do patrocinador privado supera a motivação científica, ou quando ocorre o direcionamento de resultados ou conclusões de um estudo. A forma mais comum deste conflito é a omissão de patrocínio ou envolvimento econômico quando um pesquisador publica um artigo científico ou apresenta uma conferência em um congresso. O conflito de interesses econômicos e sociais pode ser exemplificado pelo estabelecimento de cláusulas de não divulgação de resultados negativos ou pelo adiamento desta divulgação com a finalidade de resguardar o potencial mercado.

Também ocorrem conflitos de interesse que envolvem os participantes do projeto de pesquisa. O interesse científico, que também poderia ser descrito como social, por buscar ajudar na geração de conhecimentos que podem melhorar as condições de vida da sociedade, podem conflitar-se com interesses econômicos. Tradicionalmente, os pesquisadores buscavam, através de diferentes esquemas de recrutamento, constituir suas amostras. Com o incentivo econômico presente, muitas amostras estão sendo constituídas por pessoas interessadas econômico predominante. A amostra aleatória pode tornar-se de conveniência, isto é, ser composta por um grupo não representativo da população estudada, mas sim de um sub-grupo de pessoas economicamente vulneráveis. Da mesma forma, os participantes poderão não fornecer as respostas reais, mas sim as esperadas, como forma de compensar a remuneração que estão recebendo. Já foram constatadas situações que os participantes omitiram informações relevantes com o objetivo de não serem excluídos de uma amostra.

Há também os dilemas éticos existentes na clonagem ou nas manipulações genéticas, no uso de animais de laboratório, entre outros, bem como no uso da tecnologia para destruição do meio ambiente em larga escala.

Muito se fala, também, que algumas descobertas científicas causaram morte, desgraça e destruição, como no caso da bomba atômica. Aqui, é necessário lembrar que o problema não é a tecnologia em si, mas o seu uso. A mesma energia atômica que pode ser usada para iluminar, pode ser utilizada para destruir cidades. O mesmo raciocínio vale para a questão do meio ambiente.

Bem, ficamos por aqui.

Tema 22

A “pós-verdade” despontou para a fama graças ao Dicionário Oxford, editado pela universidade britânica, que anualmente elege uma palavra de maior destaque na língua inglesa. Na definição britânica, “pós-verdade” é um adjetivo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. Não seria então, exatamente, o culto à mentira, mas a indiferença com a verdade dos fatos. Eles podem ou não existir, e ocorrer ou não da forma divulgada, que tanto faz para os indivíduos. Não afetam os seus julgamentos e preferências consolidados.



Internet: <www.cartacapital.com.br> (com adaptações).

O negócio é que, quando só falamos com nossos iguais, não temos de encarar contra-argumentos. Aí nossas opiniões vão se tornando mais rígidas, extremas e, muitas vezes, distorcidas. Liberais ficam mais liberais, conservadores mais conservadores. Cada lado se fecha com suas certezas. Pensando na “experiência do usuário”, as redes desenvolveram ferramentas e algoritmos que recortam e recontam o mundo para nos mostrar só o que queremos ver. Uma realidade ilusória, feita sob medida para cada um de nós, para satisfazer nossos gostos, interesses e crenças. Se algo não aparece na minha *timeline*, não existe. Se os outros não concordam comigo, eu ignoro. Se um dado me contradiz, é falso. Mas, se confirma o que penso, só pode ser verdadeiro. E ponto final. Mentiras, radicalismos e obscurantismos existem desde sempre, claro. Mas agora encontram nas bolhas, filtros e caixas de ressonância das redes sociais um ambiente perfeito para a proliferação. Os efeitos da pós-verdade estão aí para quem quiser ver. No ano passado, um dos responsáveis pela campanha do Brexit admitiu: “fatos não funcionam, é preciso se conectar com a emoção das pessoas”.

Internet: <<http://cultura.estadao.com.br>> (com adaptações).

Constituição da República Federativa do Brasil

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Tendo os textos acima como referência inicial, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema: **a intolerância nas relações sociais contemporâneas: a cultura do ódio.**

Abordagem teórica

A **intolerância**, no âmbito **social**, pode ser definida como a indisposição, a falta de vontade ou de habilidade para lidar com diferentes crenças e opiniões. Pode também ser definida como atitudes não condescendentes para com o próximo e que resultam em relação de repulsa, repugnância e ódio diante de determinados comportamentos, valores e atos diferentes aos seus.

Ela pode ser fundada num preconceito, o qual pode culminar em discriminação. Nessa linha, são formas comuns de discriminação o racismo, a homofobia, a intolerância religiosa e política. Exemplos de intolerância e preconceito acontecem todos os dias, em diversas partes do mundo e nos diferentes segmentos da sociedade. Embora não seja possível dizer que se trata de fenômeno atual (basta recordar-se da escravidão e do nazismo), a internet e as redes sociais amplificaram a repercussão desses atos.



A **intolerância** deriva da dificuldade em aceitar diferenças, que faz com que os não semelhantes sejam vistos como uma ameaça, como inimigos. Isso provoca o isolacionismo e o surgimento de grupos em que as pessoas têm a mesma opinião sobre os fatos e refutam, com base nas emoções, qualquer informação que vá de encontro ao posicionamento ideológico reinante. Daí as crenças se tornam mais enraizadas, radicais e, por vezes, distanciadas da realidade. Cada lado se fecha com suas certezas e passa a viver uma realidade ilusória, construída com base nos seus gostos e preferências.

Esse movimento deixa vir à tona o contexto de predomínio das emoções e crenças sobre a racionalidade e sobre a verdade dos fatos. Nesse contexto, é oportuno mencionar o conceito de **"pós-verdade"**, eleita a palavra do ano de 2016 pelo Oxford. Segundo esta fonte, "pós-verdade" é um substantivo que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais. Não seria então, exatamente, o culto à mentira, mas a indiferença com a verdade dos fatos. Verdadeiros ou falsos, eles não possuirão o condão de afetar os julgamentos e preferências consolidados.

A intolerância constitui-se num comportamento extremamente danoso para a sociedade, pois, além de estagnar o crescimento sob os mais diferentes aspectos, limita o entendimento da realidade, desgasta as relações entre os indivíduos e contribui para o esgarçamento do tecido social e para a escalada da violência.

Essencialmente em **tempos de crise**, nos quais se buscam, avidamente, heróis e anti-heróis, a sociedade fica cada vez mais polarizada. Disso decorre o recrudescimento da intolerância, processo que converge para o isolamento e a condenação dos que divergem do pensamento do grupo.

Na sociedade atual, em que as pessoas não estão dispostas a saírem da sua zona de conforto e escutarem argumentos contrários às suas concepções, a **empatia é valor em desuso**. Dominados pela emoção, a necessidade de fazer valer suas crenças provoca comportamentos agressivos, tomando o lugar do diálogo, da possibilidade de construção conjunta de ideias e do aprimoramento de um consenso social. Nesse contexto, distinguir os fatos das crenças nutridas por determinado grupo torna-se tarefa árdua.

Essa polarização pôde ser vista na última campanha presidencial (2018). Até mesmo no seio familiar, o debate cedeu espaço à desarmonia e à agressividade; muitos laços foram, ainda que temporariamente, desfeitos devido a entendimentos políticos distintos. O que se viu, no final, foi o esvaziamento da racionalidade e do compartilhamento de ideias, o predomínio da paixão e a fragmentação dos grupos familiares em subgrupos, organizados de acordo com as afinidades dos seus integrantes.

O aumento da intolerância e da violência estão intimamente relacionados. Corroborando essa afirmação, vejam os dados interessantíssimos apresentados por Nexo Jornal²⁷:

*"Segundo matéria da Folha de S.Paulo de 13 de janeiro de 2019, **os registros de crimes relacionados à intolerância atingiram um pico durante as eleições de 2018**. Nos meses de campanha — agosto,*

²⁷ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2019/Intoler%C3%A2ncia-%C3%A9-o-nosso-nome>. Acesso em: 25/01/2020.



*setembro e outubro — foram 16 casos por dia, mais que o triplo dos 4,7 registros diários no primeiro semestre. O ápice se deu em outubro, quando da votação de primeiro e segundo turnos, com 568 boletins de ocorrência, uma média de pouco mais de 18 casos por dia. O total desse mês representa 67% do acumulado nos seis primeiros meses e é mais que o triplo do anotado em outubro de 2017. **O certo é que as ocorrências de intolerância religiosa cresceram 171% em relação ao total dos três meses anteriores, os de homofobia 75%, e os de intolerância por origem 83%. Já os registros relacionados a preconceito de cor e raça subiram 15%.***

São muitos os registros de violência que se originam do sentimento de não aceitação das diferenças. É só observar como têm se multiplicado a violência contra a comunidade LGBTI, as reações à inclusão de deficientes na sociedade, as manifestações xenófobas contra imigrantes e estrangeiros, os casos de *bullying* em escolas e ambientes de trabalho, os ataques a templos religiosos de matriz africana gerados por diferenças raciais, de gênero ou até mesmo divergências políticas.

A expansão do uso da internet e das redes sociais é agente amplificador dessa realidade. Motivado por suposto anonimato, observa-se que a internet tem sido usada como um ambiente de troca de agressividade e proliferação de intolerância, o que adquire proporções muito maiores, provocado pela intensa capacidade de propagação da informação.

Assim, escondidos, muitas vezes, por detrás de perfis falsos, agressores disseminam o discurso de ódio e alimentam páginas com opiniões radicais e preconcebidas sobre determinados grupos. A dificuldade em rastrear os perfis falsos, a frequência dos casos e a burocratização do sistema de justiça, coadunam para situação de impunidade, alimentando esse tipo de comportamento.

Também decorrente da ampliação do acesso ao mundo digital, torna-se crítica a questão das *fake news*. Independentemente se são reais ou *fake*, desde que alinhadas às suas propostas ideológicas, as pessoas disseminam informações sem, sequer, verificar a sua veracidade. Além disso, conteúdos mais curtidos e compartilhados têm maior alcance e disseminação, o que contribui para que a “pós-verdade” tenha maior alcance. Cria-se, assim, uma “verdade fabricada” defendida por uma massa de indivíduos que acredita que a informação é verdadeira.

Correlaciona-se a isso, o fenômeno das “**bolhas virtuais**”. Com base no histórico de navegação, curtidas, compartilhamentos e outros indícios do perfil do usuário, as redes sociais e os navegadores de internet exibem os resultados alinhados a esse perfil, reduzindo a possibilidade de que a pessoa tenha contato com ideias diferentes e promovendo o isolamento (“a bolha”). Um dos textos motivadores trata sobre o assunto: “*Pensando na “experiência do usuário”, as redes desenvolveram ferramentas e algoritmos que recortam e recontam o mundo para nos mostrar só o que queremos ver. Uma realidade ilusória, feita sob medida para cada um de nós, para satisfazer nossos gostos, interesses e crenças.*”

A intolerância fragiliza, pois, o Estado democrático de direito, o qual exige respeito entre ideias, experiências, práticas, opções e costumes diferentes. Para construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, é necessário que os diferentes posicionamentos possam ser ouvidos, pois é por meio do **debate** que se constrói uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social.



Contudo o que se observa é que a sociedade tem muito a amadurecer no que se refere ao respeito às diferenças, condição essencial para que se efetive o disposto no Preâmbulo da nossa Carta Magna e no seu art. 5º, o qual apresenta: *"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade"*.

Além disso, as pessoas devem certificar-se da veracidade das informações que compartilham, evitando levar outras pessoas a erro. Mais grave que isso é compartilhar informações sabidamente inverossímeis. As consequências desses atos são gravíssimas, visto que levam à desinformação, à formação de um juízo falso sobre a realidade e à intensificação da cultura do ódio. Atos aparentemente simples, como o compartilhamento de informações falsas, representam, numa análise mais global, uma ofensa ao próprio regime democrático, visto que se assumem premissas para a tomada de decisão, fato crítico, por exemplo, no momento do voto.

É necessário, pois, o enfraquecimento da cultura do ódio, que mina as relações e divide a sociedade. Para que isso ocorra, as pessoas devem reconhecer a primazia dos fatos, estar dispostas a escutar e, sobretudo, questionar as suas convicções mais cristalizadas. Somente dessa forma, poder-se-á construir um país mais plural, democrático e unido.

A filosofia de Voltaire

François Marie Arouet ou, simplesmente, Voltaire foi um filósofo iluminista que viveu entre 1694 e 1778.

Influenciado por John Locke, dedicou parte destacada da sua obra na defesa da tolerância e liberdade de expressão. Tem, como uma das suas obras mais conhecidas, o Tratado sobre a Tolerância, de 1763, que trata, basicamente sobre a intolerância religiosa e sobre os riscos de se realizarem julgamentos com base no clamor da opinião pública.

É atribuída a Voltaire uma das frases mais famosas no que se refere à tolerância: "Eu discordo do que você diz, mas defenderei até a morte o seu direito de dizê-lo". Na verdade, essa frase é da sua biógrafa, a escritora inglesa Evelyn Beatrice Hall. Apesar disso, resume de forma fidedigna o pensamento do filósofo.

Em sua obra, Voltaire aponta a necessidade do exercício da tolerância para garantir o progresso e evolução das ideias e da própria humanidade. É por meio do debate que as ideias mais robustas prevalecem e as ideias mais fracas, de menor razão, são refutadas. A existência desse debate tem como pré-requisito a tolerância, ou seja, a capacidade de escutar e discutir de forma racional sobre as ideias e, por meio disso, chegar ao progresso humano.

São também frases de Voltaire:

- "O que é a tolerância? É o apanágio da humanidade. Somos todos cheios de fraquezas e de erros; perdoemo-nos reciprocamente as nossas tolices, tal é a primeira lei da natureza."*
- "Quanto menos dogmas. Menos disputa. E quanto menos disputa, menos infelicidades." Os dogmas, nesse sentido, seriam ideias insuscetíveis de discussão, verdades absolutas.*
- "Ame a verdade, mas perdoe o erro".*



Tema 23

Corrupção - uma questão cultural ou falta de controle?

Suborno, propina, carteirada, "rouba, mas faz". Casos como Mensalão e Operação Lava Jato estampando manchetes de jornal. Quem já não escutou alguém dizer que no Brasil a corrupção é algo natural? Muito se fala que ela faz parte de quem somos. No entanto, a corrupção é fenômeno inerente a qualquer forma de governo, seja democrático ou despótico, em países ricos ou em desenvolvimento. Então o que nos faz acreditar que a prática é uma característica brasileira, parte do modo de viver que nós chamamos de "jeitinho brasileiro"?

Bem, primeiro vamos entender o que é corrupção. A palavra corrupção vem do latim *corruptus*, que significa quebrado em pedaços. Na república romana, ela se referia à corrupção de costumes. No mundo contemporâneo, sua prática pode ser definida como utilização do poder, cargo público ou autoridade – também chamada de tráfico de influência - para obter vantagens e fazer uso do dinheiro público ilegalmente em benefício próprio ou de pessoas próximas.

[...]

Para muitos, a corrupção é um fator moral e cultural. Como descreveu o antropólogo Sérgio Buarque Holanda no livro *Raízes do Brasil* (1936), o brasileiro (segundo ele, um indivíduo cordial, que pensa com a emoção) teria desenvolvido uma histórica propensão à informalidade, o que se refletiria nas suas relações com outros indivíduos, instituições, leis e a política.

Esse comportamento explicaria a origem, mais tarde, do "jeitinho brasileiro". Nessa predisposição à informalidade, entre o que pode e o que não pode por meios legais, a malandragem, o "jeitinho" e frases como "você sabe com quem está falando?", como cita Roberto DaMatta, surgem como formas de se obter vantagens e burlar regras seja no âmbito do poder seja nas nossas relações do dia a dia.

Disponível em: www.vestibular.uol.br/atualidades Acesso em 09 de junho de 2020. Texto original escrito por Andreia Martins. (Adaptado).

Corrupção - uma doença social

Sair às ruas para protestar contra a corrupção tem sido um ato cada vez mais comum. Claro, a corrupção está aí, corrompendo nossas instituições, "surrupindo" o dinheiro dos nossos impostos, dizimando o pouco de esperança que resta em uma população "honesta", que honra com seus mais profundos preceitos éticos, códigos morais e que educa seus descendentes pelo exemplo...

A corrupção é uma praga realmente, um mal que precisa ser combatido. Mas vejamos só... Pensando no antídoto...

A corrupção é uma síndrome que se manifesta apenas em políticos e administradores de grandes construtoras? É uma doença transmitida por algum inseto? Um inseto que escolhe quem picar? Ela é genética, é transmitida de uma geração para outra? Ela foi importada de outro país ou quem sabe de outro planeta?



Não, claro que não! A corrupção nasce em nossas casas, todos os dias. Está presente dentro do nosso mais profundo ser, enraizada em velhos e novos hábitos. Ela se perpetua como uma praga, age como o mais potente vírus, pois é capaz de se reinventar a uma velocidade incalculável. Parece muitas vezes invisível, mas ataca todas as raças e classes sociais. O período de incubação é variável, em alguns casos pode nunca se manifestar. Mas quem padece deste mal nega sempre que está doente...

A corrupção está presente em nossas casas, nas ligações irregulares de água, na TV a cabo pirata, nos filmes baixados por *torrent*, na versão "beta" do Windows e de todo o pacote Office, na árvore cortada sem autorização, no valor do imóvel subestimado, no imposto de renda parcial.

A corrupção está presente nas ruas, no desrespeito às vagas preferenciais, no suborno ao guarda, no bem achado e não devolvido, no troco errado não relatado...

A corrupção está presente nas escolas, nas provas coladas, nos trabalhos plagiados, nas respostas compradas, no livro "xerocado"...

Ela está presente nas empresas, nos impostos omitidos, no "por fora" do trabalhador, na contratação informal, nos favorecimentos contratuais, na nota fria...

E não podia ser diferente, ela está presente nos órgãos públicos, nas licitações direcionadas, nas decisões políticas onerosas, nas indicações pessoais...

A ocasião e a oportunidade fazem o corrupto, se a corrupção vem de berço, o político é mero retrato de uma sociedade corrupta. Ele não é a causa dos problemas, mas a consequência de uma epidemia de doentes morais, de cegos éticos, que fecham os olhos para os pequenos atos de corrupção do dia a dia.

Por isso, protestar é um direito, mas não praticar atos de corrupção é mais do que uma obrigação."

ZSCHORNACK, Thiago. Disponível em:
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/atualidades/corruptao-uma-doenca-social.htm>.
Acesso em 09 de junho de 2020.

Considerando os textos acima como meramente motivadores, redija um dissertativo sobre:

CORRUPÇÃO NO BRASIL: FENÔMENO SOCIAL A SER COMBATIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA INDIVIDUAL

Abordagem teórica

1. Corrupção como um problema social

A corrupção não foi inventada no Brasil. Vem desde quando a humanidade passou a se estruturar como sociedade. São inúmeros os exemplos, que vão desde a Roma antiga, passam pela Coroa Portuguesa e chegam aos dias atuais.

Em artigo no Portal do Movimento contra a Corrupção, a Professora Rita Biason, da UNESP, resume a história da corrupção no Brasil, a começar pelos funcionários coloniais do Século XVI, que exportavam por



conta própria especiarias, tabaco, metais e peças preciosas. Vieram a seguir, ao longo de nossa vagarosa história, a traficância de escravos, a manipulação de contratos para obras públicas, a corrupção eleitoral no Império, o voto de cabresto na República, o “rouba, mas faz”, escândalos financeiros no período militar, o “esquema PC” no Governo Collor e tantos outros²⁸.

A corrupção não é de fácil medição. Por isso, não há como ranquear os países por seus níveis de corrupção. O que alguns estudos fazem é medir a percepção da corrupção de um país por seus próprios habitantes. E nesse quesito, vamos muito mal.

A Transparência Internacional divulga anualmente o **Índice de Percepção de Corrupção (IPC)**, o qual mede a percepção da corrupção do país por executivos, investidores, acadêmicos e estudiosos da área da transparência. No ano de 2019, o Brasil repetiu a sua pior nota e passou a ocupar a 106ª posição entre 180 países. Esclareça-se que, quanto melhor a posição no *ranking*, menos o país é considerado corrupto.

As raízes da corrupção no Brasil remontam ao período do processo de colonização, o qual teve como uma característica marcante a falta de projeto de nação e a ausência de um compromisso moral ou ideológico com a coletividade. O interesse dos que vieram era individual, exploratório, o que oportunizava e estimulava as fraudes, negociatas e desvios.

Quando se fala nas raízes da corrupção no Brasil, é importante mencionarmos o **patrimonialismo**, **coronelismo** e **clientelismo**, elementos presentes na nossa formação histórica e que se refletem até hoje na sociedade brasileira. Todos eles são elementos fortemente relacionados à ideia da gestão da coisa pública como se particular fosse e cuja utilização é direcionada para proveito próprio e não para o cumprimento da sua finalidade: servir à população e proporcionar o desenvolvimento da sociedade.

Fato é que, da colônia aos dias atuais, a corrupção continua sendo um grande problema por aqui. É constante a presença em noticiários de escândalos envolvendo funcionários públicos, empresários, políticos e cidadãos comum.

O ponto fundamental para responder a esse primeiro tópico é ter a consciência de que, para que a corrupção ocorra, além do corrompido, há um corruptor. Mais do que isso, a corrupção não é algo distante da sociedade, mas sim algo que nela está entranhada, como um traço cultural, característico. Os textos motivadores exploraram bastante esses pontos.

Apesar de gerar certo incômodo, a corrupção é um mal coletivo e faz parte de uma construção ética que envolve desde andar no acostamento a “colar” na prova. Trata-se de construção histórica e estrutural, não se resumindo, portanto, às condutas da classe política, ou seja, não é apenas sistêmica. Não custa lembrar que a classe política é uma amostra da população e, nesse sentido, uma representação dos seus valores morais e éticos.

No cotidiano, prevalece o famoso “**jeitinho brasileiro**”, que, apesar da sua conotação positiva como criatividade, legitima toda uma cultura para se tirar proveito pessoal de determinadas situações. Esse hábito

²⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/11/opinion/1426096306_417183.html. Acesso em 18 de maio de 2021.



acaba tendo a sua importância diminuída por aqueles que o praticam, pois, ainda que saibam se tratar de algo errado, entendem que é algo ínfimo dentro de uma estrutura muito maior e corrompida, ou seja, é como se aquilo, no final das contas, não fizesse diferença. Outros justificam as suas condutas com base nos erros alheios. Nesse sentido, são comuns frases como: "se todos estão fazendo, porque eu não posso fazer?"

Outro importante conceito é o de "**Homem Cordial**", cunhado por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro "Raízes do Brasil" de 1936. Pode até parecer que o conceito enaltece as características de bons modos, polidez ou bondade do brasileiro, mas é bem diferente disso. "*Cordialidade*", no contexto, é agir com o coração em detrimento da razão e, às vezes, até agir de forma violenta. Implica o desejo de estabelecer intimidade e forte oposição à formalidade, o que faz com que o modelo familiar de relacionamento extravase para toda a sociedade. Isso explica por que, em geral, *os indivíduos não conseguem compreender a distinção fundamental entre as instâncias públicas e privadas, principalmente entre o Estado e a família*²⁹.

Acredito que esse fragmento pode ajudá-lo a entender melhor o conceito³⁰:

O sociólogo desenvolve mais essa ideia ao levar essa interpretação para esferas maiores como a política. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, o Estado brasileiro absorvia reflexos desse aspecto social por meio do patrimonialismo. Esse por sua vez significa o aparelhamento de cargos públicos pautados na proximidade, afetos e não nas competências técnicas. Ou seja, essa cordialidade brasileira fez com que, em nossa cultura, a diferenciação entre o público e privado não se estabeleceu de maneira concreta.

Além disso, segundo ele, a impessoalidade que o capitalismo impõe nunca conseguiu se capilarizar pela sociedade, porque o brasileiro seria aquele que necessita criar intimidade com o outro como condição de estabelecer qualquer tipo de relação. Como exemplo, Sérgio Buarque de Holanda mostra como, para conquistar clientes, muitos vendedores precisam fazer de sua clientela seus amigos antes.

Apesar disso, ainda vigora no país uma visão caricata do que é a corrupção, imaginário que remete à figura de um político com uma mala de dinheiro na mão, fruto do desvio de verbas públicas. A maioria das pessoas não vê que isso é só a "ponta do iceberg", visto que a corrupção se encontra nos mínimos atos praticados de forma inconsciente por parte generosa da população. É como foi dito certa vez pelo Barão de Itararé: "Corrupção é um bom negócio para o qual não fui convidado".

Aprofundando nessa discussão, pode-se falar que a corrupção no Brasil é **endêmica**, eis que disseminada nos hábitos da população, nos pequenos atos cotidianos de desvios sociais, como estacionar na vaga de pessoas com deficiência.

29

Disponível

em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Homem_cordial#:~:text=Homem%20cordial%20%C3%A9%20um%20conceito,publicada%20no%20ano%20de%201936. Acesso em 18 de julho de 2020.

³⁰ Disponível em: <https://blog.enem.com.br/o-conceito-de-homem-cordial-na-sociologia-brasileira/>. Acesso em 18 de julho de 2020.



Também se fala na existência da corrupção **sindrômica**, a que atinge a estrutura do Estado e relaciona-se ao excesso de burocracia, legitimando condutas ilegais. Resume-se pelo jargão "criar dificuldade para vender facilidade". A distorção da burocracia (não nos termos concebidos por Weber) acaba possibilitando condutas como fraudes em licitações, a figura do despachante, entre muitas outras. Observe o caso das grandes obras: tantas são as dificuldades que pode não haver como viabilizar um projeto sem fazer acertos por fora.

Enfim, a corrupção no Brasil é algo da sociedade. Encontra-se espalhada e não se confina a determinado segmento, seja ele qual for.

2. Como a corrupção afeta a sociedade

São várias as consequências da corrupção para a sociedade. Listá-las-emos.

A primeira delas é a **desmoralização das instituições e do próprio regime democrático**. Em face a tantos casos de desvio e a enorme impunidade, principalmente nos crimes de colarinho branco, a sociedade passa a não mais acreditar no funcionamento das instituições e da própria democracia. Isso gera consequências como a sensação de baixa representatividade da população com os partidos políticos e o grande número de abstenções e votos nulos nas eleições. Para se ter uma noção de como a questão está, uma pesquisa do Instituto Locomotiva/Ideia Big Data aponta que 96% dos brasileiros não se sentem representados pelos políticos em exercício no país³¹.

Outra consequência é o elevado **prejuízo aos cofres públicos**. A Organização das Nações Unidas (ONU) apontou que o Brasil perde cerca de R\$ 200 bilhões com esquemas de corrupção por ano³².

Nesse sentido, é emblemático o caso da Petrobras. Segundo o atual presidente, as perdas por pagamentos indevidos, inicialmente estimadas em R\$ 6,2 bilhões, estariam subdimensionadas:

"Temos vários exemplos disso: US\$ 15 bilhões jogados fora com o Comperj [Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, no município fluminense de Itaboraí]. Um prédio na Bahia, a chamada Torre Pituba, onde se gastaram aproximadamente R\$ 2 bilhões na construção do que eu chamo de templo da corrupção, porque foi superdimensionado para as necessidades da companhia. A Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, a mais cara do mundo, custou quase US\$20 bilhões. E ainda ficou com a metade da capacidade do que havia sido planejado"

Além disso, em 2013, um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostrou que cada um real desviado pela corrupção representa um dano para a economia e para a sociedade de três reais³³. São valores que, se, no lugar de desviados, fossem aplicados na economia para a realização de obras e construção de

³¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/brasileiros-nao-se-sentem-representados-por-politicos-em-exercicio-aponta-pesquisa.ghml>. Acesso em 18 de julho de 2020.

³² Disponível em: <https://istoe.com.br/brasil-perde-cerca-de-r-200-bilhoes-por-ano-com-corrupcao-diz-mpf/>. Acesso em 18 de julho de 2020.

³³ Marina Pinhoni. «5 efeitos danosos da corrupção que você não vê». Exame. Abril. Consultado em 19 de maio de 2018



bens de capital, teriam efeito multiplicador, fariam o país crescer e proporcionariam melhores condições de vida à população. Mencione-se também a perda tributária derivada da frustração da atividade econômica, da ocorrência de sonegação ou de fraudes em conluio com servidores públicos.

Outra consequência é a **deterioração dos valores morais e éticos na sociedade**, provocada pela desvirtuação dos honestos. Ao viver em um contexto de degradação dos valores morais, corrupção e impunidade, o indivíduo tenderá a se desestimular ou a se juntar aos outros. É também possível que, em meios contaminados, o indivíduo venha a sofrer pressão para agir como os demais, como forma de criar uma relação de compromisso entre os desviantes.

Também é consequência a **perda de eficiência**. Vimos isso quando falamos da corrupção sindrômica: a burocracia, que é necessária, é desvirtuada, constituindo entraves a serem superados por meio do pagamento de propina. Quanto maior a quantidade de etapas para a aprovação de um projeto, maior a ineficiência e maior tenderá a ser a corrupção.

Além disso, cria **obstáculos à livre concorrência**, constatados especialmente nas fraudes em processos licitatórios, em que licitações são dirigidas a determinada empresa/grupo empresarial ou ainda pela constituição de empresas fictícias ou "de fachada". Isso, no final das contas, resulta na aplicação de recursos em contratos que não são cumpridos ou, quando o são, têm a sua qualidade comprometida, acarretando a necessidade de nova contratação ou de manutenções constantes.

Um país com grande incidência de corrupção **desestimula investimentos privados**, haja vista as dificuldades e incertezas inerentes a um ambiente corrompido, além de representar custos adicionais, abalando a competitividade do país em relação a outros Estados e provocando prejuízos internos.

Uma vasta literatura identifica alguns canais pelos quais a corrupção retarda o crescimento econômico. Segundo a Fiesp, a corrupção:

- *Reduz o incentivo ao investimento produtivo, pois a corrupção é interpretada como mais uma taxa a ser paga, diminuindo a rentabilidade dos projetos. Os efeitos também são sentidos no investimento estrangeiro direto (IED), dado que países mais corruptos apresentam maior "custo informal", o que limita a competitividade do país frente a esse investimento.*
- *A incerteza sobre a necessidade de um pagamento adicional de recursos para viabilização de um projeto desestabiliza o ambiente de negócios do país, colocando-o em desvantagem em relação aos seus competidores.*
- *O desvio de certo montante financeiro para atividades ilegais provoca queda nas receitas arrecadadas do governo, o que gera perdas orçamentárias e reduz a possibilidade de financiamento de gastos produtivos.*
- *Reduz a eficácia dos recursos distribuídos pelo setor público.*
- *Ocorre a alocação ineficiente dos recursos, uma vez que os ativos financeiros são desperdiçados em atividades caçadoras de renda e improdutivas.*
- *Gera ineficiência na administração pública, pois os contratos licitados ganhos por empresas corruptoras podem comprometer a qualidade dos serviços e da infraestrutura pública. A má qualidade aumenta*



tanto a probabilidade de refazer o serviço, como a frequência da manutenção, reduzindo a produtividade total da economia.

- *Distorce a composição dos gastos públicos, pois o governo pode favorecer projetos onde a lucratividade gerada pela corrupção seja maior. Como consequência, ocorre deformação das políticas sociais e de desenvolvimento.*

Além disso, a corrupção contraria a transparência dos atos administrativos, visto que a "informação governamental chega à população de maneira distorcida, maquiada de veracidade e legitimidade. Essa realidade exige a implementação de um controle efetivo dos atos administrativos, o qual inclua o controle social como forma de participação da sociedade na promoção do desenvolvimento, de maneira que o cidadão comum seja capaz de fiscalizar as ações dos agentes públicos com base no interesse público e nos processos deliberativos e discursivos inerentes à democracia³⁴".

Facilita também o crime organizado, que, muitas vezes, conta com a participação ou leniência de agentes públicos para desenvolver as suas atividades, obter vantagens ou assegurar a impunidade.

A corrupção **macula a prestação dos serviços públicos** e o **desenvolvimento econômico e social do país**, **degrada a dignidade** dos cidadãos e o **convívio social**, **desestimula o cidadão a agir corretamente** e leva a sociedade a um quadro de **pessimismo** e **profunda desesperança**.

Por fim, a corrupção e a impunidade são faces de uma mesma moeda. Não é difícil observar que a impunidade alimenta a corrupção e a corrupção potencializa a impunidade.

3. Papel do cidadão no combate à corrupção.

O cidadão é elemento central no combate à corrupção. Isso pode ser feito das mais diversas formas.

A primeira delas é a forte atuação no **controle social**, principalmente na fiscalização dos governantes. Há atualmente grande disponibilidade de informações tratando sobre a gestão pública, o que possibilita, por exemplo, o acompanhamento das licitações e dos contratos firmados pela Administração Pública, do andamento das obras, das sessões da Câmara dos Vereadores, do desempenho dos parlamentares, ministros do STF etc.

A sociedade também pode se organizar para exercer seu papel de **fiscalização** de forma mais estruturada e com maior alcance. Nesse sentido, mencionam-se instituições como a Transparência Brasil e movimentos como Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, os quais fiscalizam, apuram as informações e dão visibilidade aos resultados encontrados.

³⁴ DANTAS, Joama Cristina Almeida. CRIME ORGANIZADO ENDÓGENO: A MANIFESTAÇÃO DA CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEU IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=64926740435be6cb>. Acesso em: 18 de maio de 2021.



A população também pode participar por meio da **iniciativa popular de leis** que visem a criar mecanismos de controle, prevenção e fiscalização. Uma das ações mais bem-sucedidas foi a **Lei da Ficha Limpa**, que completa 30 anos em 2020. Outro exemplo é o Projeto de Lei para as dez medidas contra a corrupção.

Outrossim, é fundamental que o cidadão entenda as consequências do seu **voto** e **aja de forma responsável**. Isso envolve criteriosa pesquisa sobre os candidatos, o histórico de corrupção e outras informações que deponham contra a probidade. Além disso, deve haver a consciência de que o voto não é mercadoria, é insuscetível de barganha, sendo, portanto, inconcebíveis atitudes como a compra e venda de votos e o voto de cabresto.

Além disso, **cada um deve olhar para si e avaliar a correção dos seus atos cotidianos**. Todas as atitudes devem se pautar pela ética, das mais singelas às de maior impacto. É necessário criar no seio social uma cultura de valorização da ética e de intolerância com a corrupção, a ser disseminada para as próximas gerações. Para que o combate à corrupção modifique, de fato, a realidade social, é necessário que a sociedade modifique os seus valores. É como disse Gandhi: "seja a mudança que você quer ver no mundo".

Outra questão importante é o fomento a uma imprensa livre e independente e que garanta a segurança dos jornalistas e sua capacidade de trabalhar sem intimidação ou assédio.

Bem, é isso. Nos vemos na próxima, pessoal!

Tema 24

Texto I

"A lei, própria, primária diz respeito à ordem para o bem comum. Ora, ordenar para o bem comum é próprio de todo o povo ou de quem governa em lugar dele. E, portanto, legislar pertence a todo o povo ou a uma pessoa pública, que o rege. Pois, sempre, ordenar para um fim pertence a quem esse fim é próprio." Santo Tomás de Aquino Art. 3 – Se a razão particular pode legislar.

(Disponível em: <http://permanencia.org.br/drupal/node/1748>.) com adaptações

Texto II

Democracia

Democracia (do grego demos, "povo", e kratos, "autoridade"). Segundo o dicionário Aurélio: "1– Governo do povo; soberania popular; democratismo. 2– Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder." "É o governo do povo, para o povo, pelo povo". "Governo do povo" quer dizer governo com um sentido popular; "para o povo" significa que o objetivo é o bem do povo; "pelo povo" quer dizer realizado pelo próprio povo. Na democracia é o povo quem toma as decisões políticas importantes (direta ou indiretamente por meio de representantes eleitos).



A Democracia surgiu na Grécia onde o governo era realmente exercido pelo povo, que fazia reuniões em praça pública para tratar de vários assuntos e problemas, era a chamada Democracia Direta. Neste tipo de democracia, as decisões são tomadas em assembleias públicas. Com o crescimento das populações, as reuniões em praça pública ficaram impossíveis de acontecer, surgiu, então, um novo tipo de Democracia, a Democracia Representativa, onde o povo se reúne e escolhe – por meio do voto – os representantes que irão tomar decisões em seu nome. Este é o processo mais comum de tomada de decisão nos governos democráticos, também chamado de mandato político. A democracia se opõe à ditadura e ao totalitarismo e reúne princípios e práticas que protegem a liberdade do ser humano.

(Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia.>).

Texto III

Fim da democracia na Venezuela

Maduro elimina de forma sistemática a oposição e toma povo como refém. Comunidade internacional deve ajudar venezuelanos, mas agir com dureza contra o regime, opina a chefe do Departamento América Latina, Uta Thofern.

<https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-fim-da-democracia-na-venezuela/a-38218779>

Com base nos textos motivadores, redija um texto dissertativo-argumentativo acerca do tema: **"O regime democrático e a 'consciência política', dois elementos fundamentais para a construção de sociedades justas e igualitárias."**

Abordagem teórica

"O regime democrático e a 'consciência política', dois elementos fundamentais para a construção de sociedades justas e igualitárias."

A construção de **sociedades mais justas**, nas quais há a preservação e o respeito aos direitos humanos, tem como **pilares** o **regime democrático** e a **consciência política**.

Antes de mais nada, é necessário entender do que se trata cada um desses institutos. O regime democrático ou, simplesmente, **democracia** é aquele em que a **soberania é exercida igualmente por cada integrante do povo**. Nesse regime, busca-se a preservação das liberdades individuais e a igualdade de tratamento entre os seus cidadãos.

O Estado democrático é estruturado com o intuito de conferir a seus cidadãos os direitos fundamentais à cidadania, estruturados, basicamente, em **direitos civis, sociais e políticos**.

Os **direitos civis** dizem respeito à liberdade de locomoção, expressão, associação e reunião, consagrados no art. 5º da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Os **direitos sociais**, previstos no art. 6º da CF/1988, dizem respeito às garantias relacionadas à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança.

Por fim, os **direitos políticos** envolvem a garantia de participar da vida política do país, exercido, principalmente, pela capacidade de votar e ser votado.



Contudo, não há somente direitos. Há, também, deveres, entre os quais se podem mencionar o dever de respeitar os direitos alheios, o dever de votar, de cumprir as leis, de proteger o patrimônio público etc.

Em democracias modernas, a soberania popular se dá por meio dos representantes eleitos pelo povo. As eleições e decisões legislativas, geralmente, são tomadas por maioria de votos, de forma que, pelo menos em sua concepção ideal, as políticas reflitam a vontade e os interesses dos cidadãos. Essa é a chamada **democracia representativa**, na qual as funções estatais de governar e legislar são exercidas por um grupo de representantes eleitos por períodos certos, direta ou indiretamente, pelos próprios cidadãos.

Todavia esse não é um sistema perfeito. Entre as suas principais críticas, elencam-se: o abuso do poder político dos grupos mais influentes, o patrimonialismo, o desrespeito à coisa pública e o distanciamento da busca pelo bem comum e pela satisfação dos interesses da sociedade, verdadeira detentora do poder.

Não obstante a existência de certas imperfeições, o regime democrático é reconhecido como o mais eficaz para a construção de uma sociedade mais livre e justa. Basta ver as consequências produzidas pelo seu desrespeito em países com nuances ditatoriais, como a Venezuela.

É interessante notar que a democracia não é simplesmente a prevalência absoluta da vontade da maioria. É governo dos cidadãos no qual a vontade da maioria se faz valer por meio do voto. Um governo da maioria pode derivar para uma ditadura da maioria e significar a supressão dos direitos das minorias. Lembremos que, numa democracia, independentemente de crença, etnia, opinião, opção sexual, os cidadãos possuem iguais direitos. Portanto, a vontade da maioria tem limites, não é absoluta, eis que não se pode violar o conceito de cidadania e o de igualdade de direitos.

De acordo com o que foi mencionado anteriormente, também é possível verificar o **relacionamento intrínseco existente entre a democracia e o exercício dos direitos políticos**. O **direito ao voto é o instrumento que viabiliza a existência da democracia**, pois é por meio dele, que o povo escolhe os seus representantes, os delegatários do poder soberano.

Contudo, é necessário observar que o direito de votar é condição necessária para a existência do regime democrático, mas não é condição suficiente. Além do voto, é imprescindível o desenvolvimento de **consciência política na sociedade**.

No campo das definições, podemos dizer que consciência política se refere à condição de estabelecer julgamentos dos atos realizados pelos seus representantes e de refletir, ponderando diversos fatores, e escolher os melhores representantes. Envolve a capacidade de analisar os fatores sociais, políticos e econômicos de poder, bem como a forma como eles interagem e repercutem.

Compreende também o interesse pela discussão de assuntos relativos à vida política do país e, principalmente, a consciência de que o seu papel inicia com o voto, mas perdura durante todo mandato, fiscalizando os atos dos seus representantes, no exercício do chamado controle social.

Para que essa consciência se fortaleça, é necessário que a sociedade esteja ciente do seu poder, dos seus direitos civis e políticos e da sua responsabilidade na construção de um país mais justo e solidário. A



consciência política deve ser estimulada desde a infância, pelos pais e pela escola, de modo que as crianças e os jovens percebam o seu papel na construção da sociedade que os cerca.

Assim, percebe-se a importância da educação para a construção da consciência política. Uma sociedade com sérios problemas educacionais, alheia aos seus direitos e deveres e incapaz de entender o cenário político é inábil para tomar as melhores decisões, fiscalizar as atitudes dos seus representantes, ter voz ativa nas discussões políticas, bem como cobrar a responsabilização dos agentes políticos quando pertinente.

Nota-se, por conseguinte, que a **consciência política possui relacionamento íntimo com a democracia**. Somente cidadãos conscientes podem exercer de modo eficiente o poder por eles titularizado, cerne do Regime Democrático. Fortalecidos esses dois elementos, constroem-se condições propícias para a existência de uma sociedade justa, igualitária, na qual prevalece o respeito aos direitos e garantias dos indivíduos que a compõem.

Bom, agora é com vocês. Mãos à obra.

PRÁTICA

Caro aluno, agora é com você! Treine bastante com os temas expostos, lembrando-se sempre de aplicar o conhecimento acumulado nas aulas anteriores, tanto sob o ponto de vista da estrutura, quanto dos aspectos gramaticais.

Lembrem-se de nos encaminhar seu texto, se assim desejarem, por meio da área do aluno, de forma manuscrita digitalizada, conforme explicado na aula 00 do curso.

Para a sua redação, é importante especificar o número do texto escolhido no campo apropriado. Você pode nos encaminhar um arquivo único (em pdf) ou colar as imagens digitalizadas dentro de um documento em Word.

As questões discursivas serão devolvidas exclusivamente ao aluno, por meio da área destinada ao curso no site do Estratégia Concursos.

Desejamos um excelente trabalho a todos vocês!



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.